

ATA N.º 290

----- Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 **Atas e Correspondência**-----
- 2 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
- 3 **Período da Ordem do Dia**-----
 - 3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 3.2 CPCJ – Eleição de Novo Cidadão Eleitor-----
 - 3.3 Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Concelho de Sever do Vouga-----
 - 3.4 Regulamento de Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos-----
 - 3.5 Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública – Revisão-----
 - 3.6 Mapa de Pessoal de 2024 – 3ª Alteração-----
 - 3.7 Orçamento Municipal de 2024 – 5ª Alteração Modificativa-----
 - 3.8 ARU Sever do Vouga – 3ª Delimitação-----
- 4 **Período Destinado ao Público**-----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e oito minutos. Cumprimentou todos os presentes, em especial aos membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores presidentes de junta, Presidente da Câmara, senhoras vereadoras e senhores vereadores. De seguida, solicitou à segunda secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Foram registadas as seguintes presenças:-----

- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Alexandre Miguel Coutinho Tavares-----
- Almiro da Silva Machado-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto de Macedo Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Eugénio Fernando de Bastos Martins-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos-----
- Isabel Maria Martins Tavares-----
- João Rodrigues Oliveira-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Maria Margarida Nunes Oliveira-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
- Sérgio Soares da Silva-----

- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----
---- Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os membros da Assembleia Municipal: Alexandre Manuel Tavares Rocha, Almiro Silva Machado, Ana Cristina da Silva Tavares, Ana Maria Veloso Martins da Silva, António Augusto de Macedo Cruz, António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro, António Fernando da Silva Dias, Cláudia Isabel Lopes Cruz, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Pedro Marques Martins, Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos, Isabel Maria Martins Tavares, João Rodrigues de Oliveira, Jorge Manuel Henriques da Graça, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Pedro de Bastos Costa Lemos, Luís Filipe Tavares da Silva Pedro, Maria Amaral Martins Pereira, Maria Margarida Nunes Oliveira, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Pedro Miguel Martins Mendes, Renata Liliana da Costa Marques, Sandra Marlene Rodrigues Pereira, Sérgio Soares da Silva e Tânia Filipa Fernandes Pinheiro.-----

---- Os seguintes membros chegaram mais tarde, não tendo estado presentes aquando da chamada: Cláudia Isabel Lopes Cruz e Maria Margarida Nunes Oliveira.-----

---- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Paula Cristina Dias Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.-----

--- Esteve presente Carla Alexandra Pereira da Silva, Coordenadora Técnica, em apoio à Mesa, bem como o Diretor de Departamento. -----

Foram registadas as seguintes faltas: Ana Cristina da Silva Tavares, que foi substituída por Eugénio Fernando de Bastos Martins; Jorge Manuel Henriques da Graça, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes e Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituída por Alexandre Miguel Coutinho Tavares.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de entrar na Ordem de Trabalhos propriamente dita, eu queria apresentar, já o fiz previamente, também, na conferência de líderes, e acho que é meu dever fazê-lo aqui, perante vós, os membros da Assembleia Municipal e perante os severenses, um pedido de desculpas da minha pessoa, e da Mesa também, por aquele episódio, como diria infeliz e inusitado que terá ocorrido na parte final da última assembleia municipal e eu digo terá ocorrido, não é de somenos importância, porque, de facto, não nos apercebemos de nada, estávamos a conferir aqui os resultados de uma votação e, portanto, é verdade, também, e devo reconhecer que não houve qualquer interferência no decurso dos trabalhos por parte desta situação, mas não deixa de ser uma situação que temos que nos penitenciar por ela, porque eu sou o responsável pela condução dos trabalhos. É claro que, mesmo que tivesse apercebido, ou qualquer um de vós, era sempre discutível que tipo de reação poderíamos tomar. Mas, enfim, acho que devo fazê-lo porque é essa a minha obrigação. Quero dizer-vos, também, a propósito disto, que é absolutamente lamentável, e até covarde, o facto de quem registou essa situação em vídeo o tenha feito e o tenha divulgado nas redes sociais. Não só porque não é permitido, a única permissão que existe é aquela que está regimentada para gravar o som e a imagem, portanto, é uma situação lamentável, ilegal e que, quem sabe, pode até ter consequências. Fica aqui um alerta para quem vem às assembleias municipais, e para quem faz parte dela, que essas situações não podem acontecer. De todos os modos, é uma situação que nós consideramos grave, indesculpável, que não deveria, de facto, nunca acontecer e que também não podemos, sabemos que na política tudo, muitas vezes, é relativizado, mas não podemos normalizar aquilo que é absolutamente anormal. Fica este meu pedido de desculpas e vamos, então, prosseguir para a ordem de trabalhos número 290 da sessão ordinária de 27 de setembro de 2024, cuja leitura me dispensarão.-----

-----**1 – Ata e Correspondência**-----

1.1 Ata n.º 288 de 25 de abril de 2024:-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções. Não havendo qualquer intervenção a registar, foi colocada à votação a ata da sessão solene de 25 de abril de 2024, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Alexandre Rocha, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, José Lemos, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Renata Marques, Sandra Pereira e Sérgio Silva.- Elga Silva, Iolanda Matos, Paulo Lourenço e Tânia Pinheiro não votaram a ata por terem chegado mais tarde.-----

Ata n.º 289 de 21 de junho de 2024:-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, tendo dado a palavra a Sérgio Silva.-----

Sérgio Silva – Muito boa tarde a todos. Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me começar por dizer que eu tenho acompanhado e admiro a forma como o senhor Presidente da Assembleia, desde o início do mandato, tem feito um esforço para que o decorrer destes trabalhos corram da melhor forma possível, quer seja naquilo que é a pontualidade dos deputados municipais, quer seja naquilo que é a linguagem utilizada aqui pelos deputados municipais, quer seja mesmo o cuidado que tem tido naquilo que são as transmissões para os severenses verem o que se passa aqui. Contudo, e tendo em conta o que aconteceu na assembleia municipal de 21 de junho, eu não posso deixar passar, e não deixei passar, sem fazer uma pequena correção, na minha opinião, e que tem mesmo a ver com a presença dos senhores deputados, ou da pontualidade e da presença dos senhores deputados nesta assembleia. Eu repito que este é o órgão dos deputados municipais e a assembleia municipal é o nosso espaço e, depois, é o espaço da Câmara Municipal e do executivo. E, depois de ler aqui, na primeira página, que estiveram presentes, para além do Presidente, todos os vereadores, eu não podia deixar passar em claro o facto de um vereador ter assistido a cinco minutos de uma reunião que dura quatro horas, normalmente, e ficar aqui escarrapachado, permita-me a expressão, na primeira página, que ele esteve presente. Eu percebo que qualquer um dos deputados municipais que aqui estão, se faltar a uma grande parte da sessão, deve ter falta ou, se não assistir a toda a sessão, eu sou de acordo que deve ter falta porque nós, isto implica o dinheiro da Câmara, isto implica a dignidade do órgão, portanto, se não está presente durante a totalidade da sessão, só tem que ter falta e os senhores vereadores e o senhor Presidente só têm que se reger, no mínimo, pelas regras dos senhores deputados municipais e, por isso, chamei a atenção e acho que isto, dizer aqui na primeira página, que o senhor Vereador Ricardo Silva esteve presente, quando ele esteve cinco minutos, nem vou discutir se interferiu ou não nos trabalhos, que eu acho que não interferiu, agora eu acho que isto não dignifica o órgão, não dignifica a Câmara Municipal e não dignifica o concelho de Sever do Vouga e, por isso, vou votar contra a ata. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. António Carlos, tem a palavra.--

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta. Eu acho que esta minha intervenção aqui, e sobre a ata, seria dispensável porque a ata aquilo que tem de fazer é de registar aquilo que são os trabalhos, as deliberações que são tomadas na assembleia municipal e é bom que se tenha presente que a assembleia é composta por deputados municipais eleitos e por presidentes de Junta e a Câmara responde e pode estar presente os demais elementos na assembleia municipal, mas não são membros da assembleia municipal. Eu acho que deve haver algum equívoco quando se diz que os membros da Câmara devem ser tratados como se fossem deputados municipais ou presidentes de Junta quando não o são. Não são membros deste órgão. Estão aqui, desde logo o senhor Presidente, ou quem o represente, para responder às questões que lhe forem colocadas, mas do ponto de vista da lei, se algum vereador não comparecer às reuniões, não tem, sequer, falta e é bom que isso fique claro para quem,

eventualmente, não conheça a lei. Diria, ainda, mais uma coisa. Depois da intervenção inicial do senhor Presidente da Assembleia Municipal, utilizar-se a ata para fazer um ataque *ad hominem* a quem não está presente nesta sala e não teve, sequer, qualquer interferência ou naquilo que foi a última reunião, acho que é dispensável e qualifica mais quem fez esse ataque, até, se me permitem a expressão, do que quem não está aqui presente. A ata corresponde àquilo que ocorreu e, se um deputado municipal se ausentar a meio de uma reunião ou um presidente de Junta, nos termos da lei, e segundo vários pareceres da CCDR, que eu já tive ocasião de ver, das várias CCDR, aquilo que tem sido o procedimento do senhor Presidente da Assembleia Municipal, tem sido rigoroso, e essa ausência tem que ficar registada e tem uma consequência, em relação à Câmara, com toda a franqueza, nos termos da lei, nenhum dos seus membros é sujeito à marcação de falta se aqui não comparecer, pelo que registar entradas e saídas de membros da Câmara que, além do mais, já há largos meses, para não dizer anos, também nunca aqui esteve completa, acho que era dispensável trazer a propósito da discussão desta ata. É tudo.-----

Sérgio Silva pediu para intervir novamente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. Para repetir o mesmo, não vale a pena, Sérgio... mas, não vamos entrar nisso, portanto, não vamos entrar em resposta e contrarresposta. A questão está esclarecida, aliás, o Sérgio Silva teve oportunidade de, por escrito, e muito bem, no uso de um direito, de, em devido tempo, pedir a alteração à ata. Eu respondi-lhe, por escrito, está na correspondência, todos devem ter visto e, no fundo, o fundamento é este que acabou o senhor deputado António Monteiro por apresentar. Efetivamente, e repito, os senhores vereadores não são, têm o dever, se quiser, mas não são obrigados a estar presentes. Portanto, não sou eu que tenho de controlar isso e nós temos um senhor vereador, como sabem, que veio às primeiras reuniões e nunca mais veio e não podemos fazer nada contra isso. O que podem é, qualquer membro da Assembleia Municipal, se o entender, pode exigir colocar uma questão a um dos vereadores sobre uma determinada questão e, para isso, ele virá, ou não, numa próxima reunião para responder. De resto, não podemos fazer mais nada, portanto, e a ata espelha isso.-----

Sérgio Silva voltou a pedir o uso da palavra.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Se for uma frase muito rápida e não vamos entrar aqui em diálogo. Vamos votar a ata e mais nada.-----

Sérgio Silva – É só para dizer o seguinte: Dr. António Carlos Monteiro, se o vereador em questão não tem que estar presente, na minha opinião, não tem que estar registado que ele esteve presente numa reunião onde não esteve presente. Só isso.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não foi isso que foi dito, Sérgio Silva. Vamos avançar.-----

Foi colocada à votação a ata da sessão ordinária de 21 de junho de 2024, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispôs a sua leitura, e foi aprovada, por maioria, pelos membros Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, João Oliveira, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro. Foi registada a abstenção de David Alves e o voto contra de Sérgio Silva.-----

1.3 Correspondência e Informações:-----

Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:-----

- Convite - Entrega Prémios 51ª Prova de Ralicross de Sever do Vouga;-----
- Convocatória Reunião Extraordinária do CME;-----
- E-mail de António Dias - falha de som na gravação sessão de 21 de junho de 2024;-----
- Nota de Imprensa - Saída do Município de Aveiro de Associado da AEVA;-----
- Convite da APCDI para os Festejos de São Pedro;-----
- Qualidade da Água para Consumo Humano - Comunicação de Incumprimentos;-----

- Convite - Entrega Prémios Volta a Portugal Feminina Cofidis;-----
- Convite - As 11 Vidas da Ria - Aveiro capital Portuguesa da Cultura 2024;-----
- Convite - III Encontro de Patinagem Mirtilo sobre Rodas 2024;-----
- Convite - Inauguração Ficavouga 2024;-----
- Convite - Inauguração Novas Instalações Junta de Freguesia Pessegueiro do Vouga;---
- Parecer Greenvouga - Cheias dezembro 2019;-----
- Requerimento de António Dias - Contas Correntes de Fundos Disponíveis;-----
- E-mail de Jorge Graça sobre ata de 21 de junho de 2024;-----
- Limpeza da E.N. 328 - e-mail do Presidente da Câmara Municipal à IP;-----
- Convite - Evento - Futuros da Educação - a UA e a Região e Aveiro;-----
- Convite - Estágio + Concertos Escola BUMP;-----
- Convite da APCDI - Festas de Encerramento de Ano letivo - Creche e CATL;-----
- Ofício à empresa Uma Imagem - Gravação da Sessão de 21-06-2024;-----
- PA 55-2023 - Notificação de Despacho – Arquivamento;-----
- Convite FesTalhadas;-----
- Ofício de Resposta a Questões do Público - Sessão de junho 2024;-----
- Convite - Orquestra Proxim'Idade;-----
- Acessibilidade 360º - Programa de Intervenção em Edifícios Públicos;-----
- Convite Rocas On 2024;-----
- Convite 40º Aniversário ACSCE;-----
- Ofício da empresa Uma Imagem sobre falha de som;-----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal ao Presidente da Assembleia Municipal sobre conta corrente fundos disponíveis;-----
- Ofício a Sérgio Silva - Sessão de 21-06-2024;-----
- Ofício enviado a António Dias - cópia esclarecimento falha som;-----
- Ofício enviado a António Dias - Resposta sobre Conta correntes Fundos Disponíveis;--
- Convite Festa das Eiras 2024;-----
- Convite 40º Aniversário da APCDI;-----
- Convite Jogo Apresentação Equipa Sénior CRC Rocas do Vouga;-----
- Despacho Arquivamento Proc. n.º 762-24.0T9AVR;-----
- Convite Dia do Município;-----
- Ofício TAF Aveiro – Despachos;-----
- ACRPV - Convite para Apresentação de Equipas;-----
- UFCP - Convite Inauguração Parque Infantil e Monumento Memorial dos Combatentes.-----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu alguns eventos onde tinha estado presente:-----

- Transmissão de mandatos do ano rotário a convite do Rotary Club de Sever do Vouga;
- Cerimónia de abertura da Feira Nacional do Mirtilo;-----
- Cerimónia de entrega de prémios da ACRPV;-----
- 3º Torneio de Hóquei Mirtilo Sobre Rodas;-----
- Inauguração das novas instalações da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga;---
- festa de encerramento da atividade da creche da APCDI;-----
- Concerto final de estágio organizado pela escola de música da BUMP;-----
- Cerimónia de abertura da FesTalhadas, em Talhadas, juntamente com António Cruz;---
- Assembleia intermunicipal da CIRA;-----
- Cerimónia de abertura da Ficavouga, juntamente com António Cruz e Ana Veloso;----
- Festa dos sócios da Associação de Moradores dos Amiais, juntamente com António Cruz;-----
- 40º aniversário da Associação Cultural e Social de Couto de Esteves;-----

- 41º aniversário da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Senhorinhense onde esteve António Cruz a representar a Mesa;-----
 - Cerimónia de abertura da Festa das Eiras, em Cedrim;-----
 - Cerimónia de apresentação das equipas de futebol do SeverFintas;-----
 - Jogo de apresentação da equipa sénior futebol da CRC de Rocas;-----
 - Cerimónia de inauguração do jardim infantil e memorial dos combatentes em Paradela.
- O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém desejava algum esclarecimento ou pedido de informação acerca da correspondência. Não havendo, passou para o período de antes da ordem do dia.-----

-----2 – Período de Antes da Ordem do Dia-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a Isabel Tavares.-----

Isabel Tavares – Boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa e restantes membros, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal e outros severenses aqui presentes. Antes do dia 15 de setembro, já tinha decidido que viria aqui a esta tribuna falar de árvores. De árvores autóctones, pois claro. Da floresta e do ambiente. Contudo, os acontecimentos daquela semana mostraram a necessidade de aqui hoje todos falarmos de árvores. Mas, antes de tudo, queria, em nome próprio e de todos os severenses que aqui represento, deixar o meu profundo agradecimento e reconhecimento ao nosso presidente da Câmara e, na sua pessoa, a toda a equipa da proteção civil e a todos os bombeiros, incluindo a associação humanitária de Talhadas, que foram incansáveis na luta contra aquele monstro, tentando proteger as pessoas e as casas, pondo em risco a sua própria vida para nos protegerem. Bem hajam por isso. Justo é também enaltecer o espírito solidário de todos os severenses que, de uma forma ou de outra, ajudaram e apoiaram todos os que combatiam o fogo e aqueles que com ele mais sofreram, para que se sentissem reconfortados e acarinhados. Mas voltemos às árvores, para falar da sua importância ambiental para a sobrevivência humana e não apenas da sua importância económica. Ultrapassada a fase de rescaldo e de inventariação dos prejuízos, é tarefa do governo apoiar na reconstrução do que foi perdido. No que respeita ao restauro da floresta, se nada for feito, ou se tudo for feito da mesma forma, não poderemos esperar resultados diferentes – daqui a 7 anos repete-se o flagelo. E os proprietários, o que ganham com isto? As árvores agora ardidadas não vão gerar o lucro esperado. É necessário fazer diferente. Todos sabemos que a lei exige faixas de gestão de combustível, com todas as regras bem definidas. Todos sabemos que a lei não é cumprida; mas eu adianto-me a dizer que, mesmo que fosse cumprida não era eficaz. Todos nós presenciámos o que aconteceu com o vento – as projeções que levavam o fogo para além dessas faixas. O que proponho? Que, nessas faixas de gestão de combustível se plantem bordaduras de árvores autóctones – carvalhos, sobreiros, castanheiros, medronheiros, azevinhos, azereiros, que são árvores bombeiras, porque cortam o fogo. Eu própria tive essa experiência na minha propriedade; nos limites do meu quintal, existe uma destas barreiras de que falo; o fogo aproximou-se furiosamente, nos eucaliptais daquela zona e, ao chegarem a essa barreira de folhosas, o fogo como que se ajoelhou; as árvores não se queimaram e nós apenas tivemos de apagar fogo rasteiro, com a nossa mangueira de jardim. É necessário explicar isto aos munícipes, para que entendam que algo tem de ser feito para segurança de todos. E os autarcas, representantes do povo e agentes de proximidade podem e devem ter esse papel. Mas também que, a nível central reforcem esta ideia da criação de barreiras contrafogo naturais. Temos de escalar a necessidade de se tomarem providências relativamente à floresta e combate a incêndios; para que se invista a montante, numa reflorestação sustentável e não só no combate aos incêndios, como se fossem uma fatalidade. É, certamente, mais pedagógico do que os processos de contraordenação. Colher o que os nossos avós plantaram e plantar para os nossos netos deve ser o novo paradigma.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. António Dias, tem a palavra.----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o senhor Presidente, na sua pessoa, à Mesa. Senhor Presidente da Câmara, na sua pessoa, a todos os vereadores, senhores membros da assembleia, senhores presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores. Início esta minha intervenção para agradecer aos bombeiros, as associações humanitárias e, também, a todos os populares que ajudaram a combater os incêndios. A todos, o meu bem-haja. Senhor Presidente da Câmara, este não é um momento de críticas, mas sim de trabalhar para encontrar soluções. Infelizmente, o nosso concelho foi duramente atingido por vários incêndios. Devido à escassez de meios e à magnitude das chamas, que colocaram inúmeras populações em risco, foi graças à resiliência da comunidade, à entreajuda entre vizinhos, às nascentes e captações de água particulares e, talvez, à intervenção divina, conseguimos evitar a perda de vidas humanas. Na freguesia de Talhadas, por exemplo, o incêndio espalhou-se a uma velocidade alarmante impulsionado por ventos constantes de 85 quilómetros por hora e, segundo a informação que obtive, o fogo propagou-se no terreno a 65 quilómetros por hora. A situação tornou-se dramática e completamente incontrolável. Digo, mais uma vez, este não é um momento de críticas, mas sim de agir e de encontrar soluções. Senhor Presidente da Câmara, o que aprendemos com os incêndios anteriores? Nada. Há anos, a zona industrial de Cedrim esteve quase a ser devorada pelas chamas. No outro lado do concelho de Oliveira de Frades, a zona industrial foi quase toda devorada pelas chamas. Pergunto, mais uma vez, senhor Presidente, o que aprendemos com estes incêndios? Nada. Senhor Presidente, em junho de 2021, o Conselho Diretivo dos Baldios de Talhadas cederam gratuitamente, à Câmara Municipal, os terrenos à volta da zona industrial de Talhadas, para seu desenvolvimento, que ficaram agora à mercê do fogo. Somente em outubro de 2023 houve uma limpeza de árvores e arbustos da zona industrial de Talhadas deixando espaçadamente algumas e, quanto aos caminhos florestais, onde está a manutenção? Na assembleia municipal de 30 de setembro de 2022, o senhor Presidente da Câmara, ao meu pedido para uso de máquinas do exército, respondeu-me que ficavam mais caras do que contratar empresas particulares. Senhor Presidente, nada foi feito. Pergunto, porquê? Durante os incêndios que assolaram o concelho de Sever do Vouga, o senhor Presidente da Câmara falou muitas vezes à comunicação social e, quando questionado pelo jornalista sobre o que fez o município de Sever do Vouga para evitar os incêndios, nada respondeu. Apenas disse que a Câmara até tinha um protocolo de limpezas com as juntas de freguesia para as bermas e as valetas, como se a culpa de tamanha tragédia fosse dos presidentes de Junta. Senhor Presidente da Câmara, o concelho de Sever do Vouga é rural, sendo a vegetação, a floresta e a agricultura a sua imagem. Os severenses obtêm da venda das suas madeiras uma fonte de rendimento extra suplementar que ajuda no seu orçamento familiar e alivia as despesas familiares. Não podemos ignorar aqueles que se dedicaram a vida toda à terra, que trabalham incansavelmente para contribuir com a sua produção para a sua subsistência. Pessoas que, anualmente, vendem os pinheiros, os eucaliptos, para fortalecer o seu orçamento familiar. Estas histórias de luta e esforço não podem ser esquecidas enquanto buscamos soluções para o futuro. Senhor Presidente, voltando à minha freguesia, onde estive o apoio à Associação Humanitária de Talhadas? Neste momento crucial, em que a Associação Humanitária de Talhadas já havia informado o senhor Presidente da Câmara, o município, que necessita urgentemente de adquirir uma viatura nova ou, pelo menos, mais recente. A resposta que a Câmara deu foi um verdadeiro retrocesso. O apoio financeiro, que já era limitado, foi reduzido, em 2022, € 3 500,00. Em 2023, a Câmara reduziu para € 2 000,00. E agora, em 2024, para € 1 400,00. Isto dá ideia de que não eram necessários, infelizmente. Não entendo o porquê deste retrocesso. E, senhor Presidente, será este o caminho certo para incentivar as associações que tanto contribuem para o bem-estar e salvaguarda do nosso concelho? Senhor Presidente, está na hora de refletir sobre as prioridades e questionar se o foco do executivo municipal deixa de ser o marketing e a imagem e é, realmente, servir os interesses da comunidade. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, António Dias. Dava a palavra a Renata Marques.-----

Renata Marques – Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, caros membros da assembleia municipal, caros presidentes de Junta, comunicação social, público aqui presente, boa tarde a todos. Antes de mais, queria dizer que trago este lenço no sentido de comemorar o Dia Mundial do Turismo cujo tema é turismo e paz. O turismo desempenha um papel na promoção do entendimento mútuo, do respeito entre culturas e da construção de um mundo mais eficaz, mais pacífico e inclusivo e como sou pela paz e por Sever do Vouga, identifico-me perfeitamente com este lenço que agradeço, desde já, à Dona Lídia. Vivemos momentos difíceis nos últimos dias com o incêndio que atingiu a nossa terra. No entanto, no meio dessa adversidade, pudemos ver o melhor de cada um: a coragem, a união e o espírito de solidariedade. Quero expressar o meu mais profundo agradecimento aos bombeiros, que, incansáveis e corajosos, arriscaram as suas vidas para proteger as nossas casas e as nossas florestas. O seu heroísmo ficará marcado para sempre na história da nossa comunidade. Agradeço, também, aos autarcas e às autoridades locais, que, com competência e dedicação, coordenaram os esforços para garantir a segurança e o bem-estar de todos. A sua rápida resposta e capacidade de liderança foram fundamentais para mitigar os danos. Por fim, uma palavra especial para todos os severenses, que, com audácia e determinação, se uniram no combate às chamas, demonstrando o verdadeiro espírito de comunidade. Seja através da ajuda direta no terreno ou do apoio a quem mais precisava, cada gesto fez a diferença. Este foi um desafio imenso, mas juntos provamos que a nossa força como comunidade é inabalável. Continuaremos a trabalhar para reconstruir e proteger a nossa terra, com a mesma união e determinação com que enfrentámos esta crise. A todos, o meu mais sincero obrigado. No entanto, é claro que, apesar de todo o esforço e dedicação, não tivemos recursos suficientes para chegar a todos os locais afetados de forma imediata. Este incêndio mostrou-nos, mais uma vez, a importância de estarmos melhor preparados para enfrentar situações como esta. É evidente que precisamos de investir mais na prevenção, criando condições para que tragédias como esta possam ser evitadas ou minimizadas. Precisamos de gerir melhor o nosso território, apostar na limpeza e em estratégias eficazes de combate a incêndios. Aproveitemos este momento para fazer uma reflexão profunda sobre tudo o que correu menos bem, para que possamos aprender com os erros e melhorar as nossas respostas no futuro. Só assim estaremos mais preparados para, da próxima vez, conseguirmos combater as chamas com mais eficácia, garantindo a segurança de todos. Devemos investir na gestão e limpeza das florestas - implementar programas de limpeza regular, removendo vegetação densa e materiais inflamáveis que aumentam o risco de propagação do fogo, criação de faixas de contenção; estabelecer e manter faixas de gestão de combustíveis (cortes de vegetação controlados) entre as zonas florestais e as áreas habitadas para impedir que o fogo atinja as casas e as infraestruturas; planos de evacuação; desenvolver e comunicar planos de evacuação claros para a população, assegurando que todos saibam como agir em caso de emergência, minimizando o caos e os riscos; sensibilização da população: Apostar em campanhas de sensibilização para a população sobre a importância da limpeza dos terrenos privados e boas práticas no uso do fogo, como evitar queimadas durante períodos de maior risco; reforço dos meios de combate: Investir na modernização dos equipamentos dos bombeiros e no aumento dos meios de combate, para que possamos responder com maior eficácia e rapidez aos incêndios; vigilância e deteção precoce; melhorar os sistemas de monitorização e deteção precoce de incêndios; apoio às zonas rurais; incentivar políticas de apoio à agricultura e à silvicultura sustentável, que contribuam para manter o território rural ativo e menos vulnerável a incêndios. O pós-incêndio cria a oportunidade de entender a gestão florestal e propor um ordenamento florestal que integre as vertentes ecológica e socioeconómica da gestão responsável para planear as áreas afetadas à floresta e o seu enquadramento com as restantes ocupações do território, sejam elas naturais ou edificadas. De acordo com o

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Sever do Vouga, que foi reformulado em 2021, passo a citar: *“o pós-incêndio deve ser a ocasião para repensar globalmente a gestão dos espaços florestais. Os condicionalismos relativos à alteração do tipo e composição dos povoamentos visam salvaguardar a diversidade do coberto florestal aos níveis nacional e regional e proteger as formações florestais de maior raridade ou valor ecológico, económico ou social. Muitas vezes é adotada uma perspetiva de muito longo prazo, com o objetivo de impedir o desaparecimento de ecossistemas de difícil ou demorada recuperação, face a alternativas conjunturalmente mais interessantes para a exploração agroflorestal do ponto de vista económico-financeiro. Por outro lado, os incêndios criam a oportunidade para a substituição de formações florestais desadequadas do ponto de vista da sua adaptação à estação ou às funções entretanto exigidas pela sociedade, pelo que se deve adotar uma postura a mais fundamentada possível no correto conhecimento das características da estação, da regeneração natural eventualmente ocorrente e também da vontade do proprietário”*. Fim de citação. Portanto, é este o *timing* certo para repensar numa reorganização florestal que salvguarde os interesses dos produtores e que proteja os Severenses destes eventos. Como tenho dito desde que tenho assento nesta assembleia municipal, a obra de um executivo não é nem pode ser só de betão. É necessário trabalhar para proteger os severenses, a mim pouco importa de quem é a responsabilidade da limpeza dos matos ou das principais vias de acesso, mas é uma das minhas grandes preocupações que estas estejam limpas e os Severenses protegidos. O declive e a densidade florestal do nosso concelho não é novidade, e eu sinceramente acho no meio deste inferno ainda tivemos muita sorte. E quem tem que garantir que estas condições estejam reunidas é o executivo. E, ainda, nesta questão de proteção civil e prevenção da segurança, venho parabenizar a camara e o agrupamento de escolas de sever do vouga pela rápida e eficaz atuação, tendo conseguido encerrar a escola antes do caos. Relembro que o Centro escolar não tem controlo de entrada e saída de crianças, pelo que após entrada das crianças na escola, teria sido caótico e desesperante para os pais saberem dos seus filhinhos. E neste seguimento, não entendo porque é que o centro escolar ainda não tem balneários, espaço fechado para realização de educação física, nem um sistema de entrada e saída, com cartão. O cartão de entrada serviria, ainda, para evitar a desgraça no desencontro entre o serviço de almoços, plataforma GIAE e Câmara Municipal, em quem perde são os pais que não marcaram senha e pagaram na mesma as refeições. Desejo, sinceramente, que, neste ano letivo, nenhuma família saia lesada por este desencontro. Obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. António Monteiro, tem a palavra.-----
António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara e demais vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta. Esta é a primeira reunião que temos a seguir aos trágicos incêndios que assolaram Sever do Vouga. Haverá, a seguir, apresentado pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia um voto que é subscrito por todas as bancadas e que, no fundo, representará a vontade de todos nós. No entanto, não poderia deixar passar esta assembleia sem fazer, em nome do CDS, um agradecimento aos bombeiros, à proteção civil, às forças armadas, às forças de segurança, aos autarcas, às várias instituições, à população em geral, que combateu este fogo e que permitiu proteger e salvar aquilo que foi possível salvar. Depois dos trágicos incêndios de Pedrógão Grande e dos grandes incêndios de 2017, que vitimaram 150 pessoas, Sever do Vouga conseguiu, apesar das difíceis circunstâncias que viveu, não ter perdas de vida humana o que eu acho que é muito significativo e muito importante. Na sequência dos incêndios de 2017, fizeram-se vários estudos, relatórios, e foram apontados vários caminhos. São caminhos difíceis de levar à prática. São caminhos que mexem com aquilo que é, muitas vezes, o nosso modo de viver, mas que têm que ser, cada vez mais, ponderados e, na sequência de um fogo, é preciso pensar como é que se consegue passar para o terreno aquilo que são recomendações feitas por académicos, por especialistas, por pessoas mais da vida prática e do combate ao fogo, mas que protejam as

populações deste flagelo que se está a tornar recorrente e, cada vez, com maior perigosidade. Há problemas do ordenamento do território em que se poderia dizer que a primeira responsabilidade é dos municípios, mas não é apenas deles porque, se não, esse problema poderia ficar confinado num município e não passar para o seguinte, mas a verdade é que o fogo passa para o município seguinte também. Há problemas que têm a ver com a gestão florestal e com a economia local que assenta na exploração florestal, mas é verdade que, sem se resolver questões de propriedade, onde há minifúndio de partilhas de terrenos indivisos, de terrenos que, muitas vezes, não se sabe de quem são, é muito difícil alterar aquilo que é o *status quo*, aquilo que é a situação atual de desordenamento que muitas vezes se encontra na floresta. É evidente que há impactos na vida de todos. Na paisagem, na economia, no modo de subsistência das populações. É bom não esquecermos que a zona industrial de Talhadas ardeu, mas também ardeu a floresta que servia, muitas vezes, de reserva ou de rendimento com o qual as pessoas contavam. E, isto obriga a olhar em frente porque, e a pensar o que é que é possível fazer e o que é que se deve fazer. Não basta esperar-se que, e espero que haja apoios do Governo, e não sei se a Câmara já terá informação, neste momento, que possa ser divulgada aos severenses. Ainda hoje foram anunciados € 100 000 000,00 de apoio direto, pelo que eu entendi da notícia, não sei se haverá mais informação que possa ser dada, mas se as condições se voltarem a repetir no futuro, mais tarde ou mais cedo voltará a ocorrer o mesmo. E, portanto, são questões que, algumas delas, ou muitas delas, são do poder central, nomeadamente tudo aquilo que são matérias legislativas e que têm impacto nestas questões, como seja questões que têm a ver com propriedade, com o ordenamento florestal que resulta da estrutura da propriedade e, evidentemente, também ninguém está livre e isto foi sublinhado, também, daquilo que são atuações criminosas que levam a que estas ocorrências tenham o impacto que têm. A forma como se encara, também, do ponto de vista legislativo este tipo de ocorrências e que na cidade grande não têm o mesmo impacto que têm em comunidades que assentam o seu modo de vida no campo também merece ser devidamente ponderada. Também se deve ponderar seriamente aquilo que é o apoio ao voluntariado, aos bombeiros voluntários e aí acho que alguns passos podem, também, ser dados aqui no município e que têm que ser ponderados porque num sistema de proteção civil em que o combate ao fogo assenta, em grande medida, nos bombeiros voluntários, estimular e apoiar aquilo que é a dedicação de pessoas a essa nobre atividade é, também, função dos poderes públicos, seja da Administração Central, seja da Administração Local. E há, por isso, aqui um conjunto de desafios que estão à nossa frente e que, se se falhar mais uma vez, naturalmente poderá repetir-se este fenómeno no futuro, portanto, ficam estas notas nesta primeira assembleia municipal depois dos incêndios que assolaram Sever do Vouga e fica, também, este apelo à ponderação de todos porque, muitas vezes, quando se discute o ordenamento do território esquece-se que esse ordenamento acaba por ser fundamental na proteção das pessoas que depois vivem em casas que podem estar vulneráveis aos incêndios. E é tudo.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, António Monteiro. David Alves, tem a palavra.-----

David Alves – Excelentíssima Mesa, senhor Presidente da Câmara e respetivos vereadores, senhores membros da assembleia, restantes pessoas presentes. Vou tentar virar um bocadinho a página para ver se o ambiente não fica tão pesado. Vou falar do serviço do ATL na escola do primeiro ciclo no centro escolar. Como sabem, no centro escolar, o horário escolar termina às 15:30 e, depois disso, existem as atividades extracurriculares, AECs, até às 17:00 e de caráter opcional. Até às 17:30, o centro escolar assegura as crianças. Após esta hora, e para as interrupções escolares, Natal, Páscoa e férias de Verão, existe o serviço de ATL que explora as instalações do centro escolar e que é assegurado pela associação do Centro de Apoio à Criança e ao Jovem. A associação abriu as inscrições em junho, para ano letivo de 2024/2025, pelo que no início de setembro já estavam preenchidas as 100 vagas disponíveis sendo que, face ao crescimento dos alunos, motivado pelos imigrantes que se fixaram neste concelho, ficaram entre 20 e 30 crianças

em lista de espera. A falta de resposta do município para este problema preocupa as famílias, pois os pais tiveram que inventar formas para que os filhos estivessem em segurança após essa hora, arranjando soluções para que os filhos fossem para casa. A realidade, para a maioria dos pais, é que, normalmente, o horário ultrapassa as 17:00, pois trabalham em empresas privadas, enquanto na função pública esta se rege pelo horário da escola. Para uma resposta imediata, o município e o agrupamento e a associação deveriam sensibilizar todos os pais que têm a possibilidade de ir buscar as suas crianças até às 17:30 prescindirem dessas vagas em prol de quem não tem outras soluções e ficou sem vaga. Prevê-se o aumento da população neste concelho no próximo ano, pelo que esta situação existente deve ser da consideração de todos. Sugere-se que a associação aumente a sua capacidade, quer de instalações, quer de funcionários, para assegurar que todas as crianças que frequentam o centro escolar tenham a mesma igualdade de circunstâncias, além da reformulação das prioridades da entrada. Além disso, para as outras escolas do concelho, nomeadamente Cedrim, Paradela e Talhadas, a criação de um serviço idêntico.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Diana Paiva, tem a palavra.-----

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente da Mesa. Apresento os meus cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa e aos restantes membros, ao excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Eu peço desculpa, senhor David Alves, mas vou retroceder um pouco e, precisamente, para falar de uma realidade que nós sabemos que é existente no nosso concelho e nosso país, precisamente o ordenamento do território. Muitos erros se cometeram no passado e muitos erros se cometeram a pensar, e falo agora na perspetiva particular, que nós, durante muito tempo, queríamos construir a nossa casa e qualquer cantinho servia. Então, de repente, temos dois pesos aqui em questão – temos o proprietário rural, que tinha a sua floresta, e temos o proprietário urbano que, de repente, constrói ao lado uma habitação. E, neste instante, temos um proprietário rural que, num instantinho, fica em claro erro e a cometer uma contraordenação. E tudo isto tem que ser muito bem pensado no que é que se pretende no nosso território. Nós, particulares, também temos que pensar que não podemos construir em qualquer lado. Temos uma floresta ao nosso lado, sabemos que corremos o sério risco de, um dia, termos a nossa propriedade afetada. Mas, atenção, que o vizinho ao lado é que está em transgressão. E acabamos por ter aqui esta dificuldade de gerir a situação do ordenamento do território e tem que ser muito bem pensada, e a sugestão da Professora Isabel é muito acutilante e assertiva nesta situação. Eu queria falar aqui, também, noutra situação que ficou fora do nosso voto de louvor porque não só tivemos todas estas forças a combater o incêndio, mas eu quero dar aqui, também, uma palavra de apreço à AdRA, mais especialmente aos seus funcionários, como o nosso colega de bancada, que de tudo fizeram para que não faltasse água para combate aos incêndios. Apesar disso, esgotou-se a água nos depósitos que provém de nascentes, não do rio. Mesmo assim, tentar fazer esse esforço, a água esgotou-se e houve necessidade de recorrer a outros meios, a água exterior. A maior parte dos severenses percebeu que a água nos locais servidos pela AdRA esgotou-se, não foi cortada, e aceitaram que essa água fosse prioridade para o combate. E, por isso mesmo, a maior parte dos severenses sabe que a água não foi cortada e aceita. Por outro lado, este executivo criou um verdadeiro serviço de proteção civil municipal que trabalhou incansavelmente também neste combate. Por último, posso dizer que, apesar de, no dia 16, ter sido extremamente complicado estar em casa e tentar levar um filho à escola que percebi, rapidamente, que não era possível, também recebi uma informação da escola que as refeições que tinham sido debitadas, supostamente para aquela semana, iriam ser restituídas e é uma verdade que foram restituídas e não me faltou dinheiro, graças a Deus, para poder pagar a refeição da semana seguinte. Muito obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. não tenho mais intervenções registadas e então, como disse o senhor deputado António Monteiro, nós em reunião de

líderes aprovámos uma redação para um voto de louvor que eu iria passar a ler e colocar à vossa consideração:-----

“As gentes de Sever do Vouga desde sempre foram trabalhadoras, resilientes e lutadoras. Esta semana que passou de 15 a 22 de setembro disso foi demonstrativa, onde todos deram as mãos e lutaram contra os terríveis incêndios que assolaram o nosso concelho. Onde o resto do país e a Europa veio em auxílio nesta luta muito desigual. Assim, tendo presente este esforço, a Assembleia Municipal delibera aprovar um voto de louvor e reconhecimento a todos os Bombeiros que estiveram neste combate, em particular a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga e a Associação Humanitária de Talhadas, bem como a todas as corporações que se deslocaram de todo o país e do estrangeiro, forças armadas, forças de segurança, proteção civil, autarcas, instituições, empresas e toda a população em geral.”-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o voto de louvor à apreciação do órgão deliberativo para alguma eventual alteração. Não havendo, o voto de louvor foi colocado à votação, tendo mesmo sido aprovado por maioria, com uma abstenção de Paulo Lourenço, que fez uso da palavra para apresentar uma declaração de voto.-----

Paulo Lourenço – Boa tarde, senhor Presidente. Sintam-se todos cumprimentados na presença do senhor Presidente. Neste momento, tenho de fazer uma declaração de voto no sentido de esclarecer uma pequena situação. Eu, como mais que ninguém, vivi por dentro os incêndios, de dentro e de fora, portanto, estive com ele ao pé de mim, como andei por fora a tratar dos outros. Resido numa aldeia que é considerada aldeia de risco para onde foram declaradas, naquele dia, duas situações. Foi, primeiro, a colocação de um carro de bombeiros e a proteção civil mandou para lá a GNR. Eu assisti a chamadas da GNR, várias vezes, para colocarem uma viatura no local. Viatura essa que nunca chegou. E tudo, porquê? Não estou a pôr culpa aos bombeiros. Estou a pôr culpa, neste momento, a quem comanda. É inadmissível que o comando de um incêndio estivesse num concelho vizinho e, aqui na zona, estava a ser comandado por outra corporação exterior, ou seja, há muito a repensar a nível do comando de chefias. Nesse sentido, eu não posso aprovar que os bombeiros fizeram um ótimo trabalho porque não fizeram. Seja da parte do comando, seja de quem comanda, seja de quem está à frente das operações da proteção civil. Que não foi efetuado no local, não foi, tal como a aldeia do Folharido, a aldeia do Fojo, Paradela e Cedrim, vários locais ficaram sem bombeiros no dia. Existiam 149 viaturas e 400 carros. Dividam pelas aldeias todas do concelho e vejam se não dá uma para cada local. Ponto número dois – Talhadas só começou a arder no dia 18, ou 17 à tarde, e o incêndio foi no dia 16, portanto, não estavam todos em Talhadas como tentaram alegaram, nem as estradas estavam fechadas. Daí, o facto de eu me abster. Não estou contra ninguém. Estou contra o facto de o comando não ser bem gerido. De quem é a culpa? Minha não é, de certeza, nem de quem lá esteve. Que não apareceu ninguém, não. A primeira viatura de comando dos bombeiros que apareceu era exterior a Sever do Vouga. Chegou quase às 02:20 da manhã e disse “*está bem feito*”. Muito obrigado, já estava feito. E às 04:20 veio uma viatura de Sever para fazer a evacuação da aldeia. Sinceramente. Ou andavam a dormir, ou estavam mesmo muito, muito fora do sítio. Dá-me a sensação, muito sinceramente, não foi por mal, não, foi mesmo por desconhecimento de causa. De qualquer modo, também alertei a proteção civil – a aldeia do Folharido vai ser aldeia de risco porque eu não estou para cumprir regras exteriores a outras aldeias. Tem que ter uma limpeza maior, tem que ter copas com mais afastamento, quando, no dia da verdade, ninguém aparece. Regras iguais, condições iguais. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Paulo Lourenço. Eu cometi aqui um pequeno lapso, já se devem ter apercebido, mas está votado, está votado. Está feita a respetiva declaração de voto. Eu devia ter aguardado a votação para o final da intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal porque ainda não lhe dei a palavra. Isto, aliás, isto é recorrente, o senhor Presidente da Câmara não me leve a mal, mas tem, neste momento, a palavra em função das questões que foram colocadas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimas senhoras vereadoras e senhores vereadores, excelentíssimas e excelentíssimos senhores presidentes de Junta, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. O dia 15 de setembro marcou a história do nosso concelho. Do que tenho memória, foi a semana mais longa das nossas vidas. Estamos desolados com a destruição à nossa volta. Perdemos muitos bens, mas não nos perdemos. Encontramo-nos na solidariedade dos vizinhos, dos amigos, na hospitalidade dos severenses, na disponibilidade de todos os Bombeiros que nos vieram ajudar. Os severenses são gratos aos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga e a todas as corporações que nos ajudaram. Esperamos que em breve possamos ir retomando a normalidade, dentro da adversidade. Estamos a fazer um inventário das perdas e danos para que possam ser pagos pelo Governo os apoios devidos aos lesados. Deixo-vos uma palavra de esperança. Todos juntos, conseguiremos recuperar o nosso concelho e as cinzas que hoje nos turvam a visão serão o fertilizante para não perdermos as oportunidades de nos unirmos em prol da defesa, proteção e recuperação do nosso concelho. Por fim, agradeço a todos os severenses que nos ajudaram neste momento, a todas as empresas e entidades que abriram as suas instalações e apoiaram as equipas, agradeço ao meu vice-presidente, Paulo Nogueira, incansável ao meu lado neste período, à Vereadora Paula Coutinho, que não baixou os braços aos desafios gigantes que surgiam, ao Luís Outeiro, nosso técnico da Proteção Civil por todo o empenho e ajuda, aos colaboradores do município que assumiram disponibilizar-se para todas as novas tarefas e funções necessárias, aos responsáveis da Logística dos Bombeiros de Sever por mostrarem a perseverança dos Severenses, à ACRPV por nos cederem as instalações e nos ajudarem todos os dias, sem descanso, e aos gabinetes de apoio por manterem vivas as comunicações entre todos os agentes no terreno. Uma palavra, também, de agradecimento a todas e a todos os presidentes de Junta que, conosco, trabalharam no sentido de combater este monstro que nos invadiu. Relativamente às questões colocadas, Isabel Tavares, eu concordo com tudo o que disse. Tive a oportunidade de falar sobre este e outros assuntos com os membros do Governo. Foi-me dito que as coisas iam mudar. Eu espero que sim. Senhor António Dias, relativamente ao apoio dado à associação AHT. O apoio dado a qualquer associação não pode exceder 50% das despesas apresentadas. Significa que o apoio dado foi dado nessa base e informamos os membros da associação AHT precisamente sobre isso. Relativamente a eu ter sido perguntado que medidas é que o concelho tinha tomado e eu não ter dito nada, eu não me lembro da pergunta, mas posso-lhe responder. O concelho de Sever do Vouga, aliás, este executivo criou um plano de manutenção das faixas de gestão de combustível que não existia, por exemplo. Com base nesse plano, foi feita a limpeza das faixas de gestão de combustível de muitos locais, nomeadamente a zona industrial de Cedrim, de Irijó e de Talhadas. Infelizmente, de pouco serviu. Relativamente à questão das bermas e das valetas, a única coisa que lhe posso dizer é que os passeios da zona industrial de Talhadas não estavam limpos e não são responsabilidade da Câmara. De resto, relativamente à limpeza dos caminhos florestais, a Câmara Municipal tem feito diversas limpezas de caminhos florestais, nomeadamente nos caminhos que são de acesso aos pontos de abastecimento. Anteriormente a este executivo, era muito comum os presidentes de Junta também pedirem a máquina da Câmara, a autoniveladora. A Câmara pagava a máquina, pagava o gasóleo e, normalmente, os presidentes de Junta pagavam o condutor. Algumas juntas já fizeram esse pedido, outras não fizeram. Isso caberá da opção de cada um. Renata Marques, água esgotada – esgotada não, fechada. Eu gostava que a água tivesse sido fechada e tivesse sido esse motivo. É evidente que não houve água porque não havia água. Estávamos a falar de dezenas e dezenas e dezenas de veículos a abastecer. Estamos a falar de dezenas e dezenas de hidrantes a abastecerem e, portanto, era impossível haver água para todos. Eu só quero dizer que, na minha opinião, é absolutamente impossível, perante um fenómeno destes, dimensionar-se qualquer coisa

perante um fenómeno destes. Isto é uma coisa que acontece, espero eu, de cem em cem anos. Isto foi um fogo como nunca se viu. E, portanto, era impossível ter feito muito melhor. Relativamente ao centro escolar, pois trata-se de um projeto do anterior executivo, tem muitas falhas, como nós sabemos, durante este verão foram feitas uma série de obras, já por este executivo, para colmatar uma série de patologias do edifício, uma série de falhas. Continua a ter uma série de falhas que nós, à medida que vamos tendo disponibilidade, vamos resolvendo. Já agora, esqueci-me de dizer uma coisa, senhor António Dias, os terrenos à volta, como sabem, na zona industrial de Talhadas, no âmbito da segunda alteração da primeira revisão do PDM, a Câmara Municipal fez um alargamento do perímetro da zona industrial das Talhadas e da zona industrial de Cedrim. Os terrenos da zona industrial das Talhadas são propriedade dos baldios de Talhadas e estão registados em nome da Junta de Freguesia. Aquilo que lhe posso dizer é que os baldios estiveram muito tempo à espera de uma declaração da Junta de Freguesia para poderem fazer o registo dos terrenos e, neste momento, estamos à espera que eles façam o registo dos terrenos para que possam, depois, ser passados para o nome da Câmara Municipal. Aliás, houve já empresas que se quiseram instalar na zona industrial de Talhadas que, por esse motivo, não conseguiram instalar-se. E nós temos, no âmbito do PT2030, um investimento para a zona industrial de Talhadas e a zona industrial de Cedrim, cerca de 1,3 ou 1,6 milhões de euros, agora não me recordo, que enquanto os terrenos não estiverem em nome da Câmara Municipal não pode ser feito. De qualquer forma, fui informado, por parte de uma das proprietárias das empresas que arderam, que teria falado com o senhor António Dias e o senhor António Dias teria dito *estes terrenos são da Câmara até tal sítio e, portanto, a Câmara é que tinha que os limpar*. A Câmara fez a limpeza da faixa de gestão de combustível, mas quero frisar que os terrenos não estão em nome da Câmara Municipal, estão em nome da Junta de Freguesia. Senhor David Alves... Senhor António Carlos Monteiro, ontem houve uma resolução do Conselho de Ministros. A resolução fala, são cem milhões de euros disponíveis. Seguramente insuficientes, muito insuficientes para todos os prejuízos causados. No que diz respeito a habitações, é muito clara essa resolução – diz que a Câmara apoiará até € 150 000,00 a 100%, a partir dos € 150 000,00, 85%. Depois diz tudo que apoiará, mas não especifica. Julgo eu, daquilo que fui falando com o Governo, e ao longo destes dias falei bastante, o primeiro local a ser visitado pelos membros do Governo foi a zona industrial de Talhadas. Nós tivemos meio Governo na zona industrial de Talhadas, nem sequer foi no dia a seguir, foi no próprio dia do incêndio, na terça-feira, estavam lá a falar com os donos daquelas empresas que tinham ardido na totalidade. Eu tentei ligar a todos, fosse da zona industrial de Talhadas, fosse de fora da zona industrial de Talhadas. Alguns conseguiram deslocar-se ao local, outros não conseguiram e ouviram, não foi pela minha boca, foi pela boca do senhor Ministro-Adjunto da Coesão, Dr. Castro Almeida, ouviram as declarações que eles fizeram. Não foi pela minha boca porque, a mim, não me cabe prometer nada. E, portanto, houve um esforço grande, da parte deste executivo, em colocar Sever do Vouga no mapa para que as pessoas não se esqueçam do que tem acontecido em Sever do Vouga nos últimos anos, sendo que este ano, de facto, atingiu proporções inimagináveis. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, eu pedia agora que autorizasse a Vereadora Paula Coutinho a responder ao senhor deputado David Alves.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhora Vereadora, tem a palavra.-----
Paula Coutinho – Boa tarde a todas e a todos. Relativamente à questão que foi colocada, ou à sugestão que também foi colocada, pelo senhor deputado David Alves, devo dizer que as crianças que são admitidas pelo ATL, e o ATL é privado, quem gere esta valência é o Centro Social de Apoio à Criança e ao Jovem, e eles têm o cuidado de pedir também uma declaração da entidade patronal de como estão ambos a trabalhar, portanto, a sugestão que deu julgo, e segundo a informação que tenho, já está a ser cumprida. Relativamente à falta e ser insuficiente, pois nós já pedimos também ao Centro Social para nos fazer chegar uma lista dos meninos que estão em espera para tentarmos, em conjunto, ver qual a solução que

podemos arranjar para que isso não aconteça. É óbvio que estamos com mais meninos, e isso é ótimo porque a população severense está a crescer, mas também tem aqui outros desafios que temos que ultrapassar e, sem dúvida, estamos a trabalhar neles. Não podemos é saber de antemão se existem, ou não, necessidade, portanto, as inscrições são feitas, são feitas diretamente no Centro Social de Apoio à Criança e ao Jovem, como bem referiu, e depois, mediante estas necessidades, é que vamos ver se conseguimos ou não. Estamos atentos e até acredito que aconteça o mesmo ou que isso tenha vindo de uma necessidade de uma colaboradora, por exemplo. Portanto, não está esquecido e falamos com os encarregados de educação também no sentido de tentarmos colmatar esta dificuldade.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Eu queria, antes de dar a palavra a António Dias, que tem muitíssimo pouco tempo, já lhe vou dizer, queria só dizer que estamos a entrar aqui por um caminho a propósito dos incêndios, começou muito bem, e estamos a entrar num caminho que é responsável A, responsável B, que é aquilo que não devemos fazer. Se quiserem, o que eu tenho dito e defendo é que somos todos responsáveis e somos todos vítimas desta situação. Cada um de nós, pode nem ter mato nenhum, pode ter tudo limpo em casa, mas temos sempre a nossa pegada ecológica, poluímos, alteramos o clima, e sofremos com o facto de os outros limparem melhor ou não limparem nada. Até os terrenos que estavam limpos arderam, até os jardins arderam. Isto foi, de facto, uma situação absolutamente anormal em que se conjugaram muitos fatores para termos um incêndio desta proporção e com esta violência como eu tive oportunidade de presenciar e que julgava que nunca aconteceria, portanto, é só esta nota, já agora, sem querer participar no debate, mas é o que me parece. António Dias, tem 43 segundos para a sua intervenção.-----

António Dias – Senhor Presidente, vou eu ser rápido. Senhor Presidente, isto tem que se repor a verdade. Eu começo já, e uma vez que eu vejo aqui o Partido Socialista e nem os deles defendem, o que me entristece, o anterior executivo limpou, fez uma faixa de gestão de combustível em quase todas as freguesias, portanto, o que o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer é mentira. Eles fizeram uma gestão de combustível em quase todos lugares da freguesia de Talhadas, em quase todo o concelho. Não sei precisar se foi em 2019, se foi em 2020, sei que o fizeram. Segundo, senhor Presidente, e já que o senhor é jurista, eu vou ser muito rápido. Quando houve as últimas matrizes, portanto, quando foram feitas as matrizes na freguesia de Talhadas, e em todo o concelho, não estavam constituídos os conselhos diretivos dos baldios dos compartes dos lugares de Talhadas e de todos e foram colocados em nome da freguesia de Talhadas, mas, repito, os baldios de Talhadas não necessitam de nada para fazerem uma escritura de justificação e depois registar estes terrenos, portanto, a Junta não é tida nem achada. Por último, senhor Presidente, aqui o senhor Presidente da Câmara está a entrar e eu gostava, depois, que ele me confirmasse, isto é triste, nem os dossiers da Câmara se dominam e é por isso que ele, eventualmente, se ausentou. Foi enviada uma carta pelo...-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não, ele foi chamado de urgência para uma chamada da GNR. Pode concluir.-----

António Dias – Eu tenho aqui a carta, que depois enviarei a todos os membros, datada de 17 de julho de 2021, onde os baldios de Talhadas vêm enviar uma carta à senhora vereadora, na altura do pelouro, engenheira Elisabete Henriques – cedência de terrenos para alargamento da zona industrial de Talhadas – e foi uma reunião que eles tiveram em junho, portanto, em 18 de junho de 2021. Portanto, senhor Presidente, o que o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer é mentira. Obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Elga Silva.-----

Elga Silva – Boa tarde, senhor Presidente, restantes membros da Mesa, senhor Presidente do executivo, restantes vereadores, a todos os elementos desta assembleia, a restantes membros, às pessoas que estão em casa. Eu não fazia tenção de vir aqui, mas tendo em conta uma pessoa da minha freguesia que se manifestou, trouxe-me à pele aquilo que eu senti na última semana com os incêndios na minha freguesia e, de alguma forma, alterou a

minha própria maneira de ser e o meu sistema nervoso porque, na realidade, no meio disto tudo, o perigo que eu senti na pele, na minha freguesia, ainda me faz suar nos dias de hoje quando se fala no assunto e quando me vem à memória. Eu não me abstive, nem votei contra o voto de louvor porque estimo e compreendo todo o empenho das corporações concelhias, das do exterior, mas na realidade, na minha freguesia, faltaram meios, muitos meios. Eu tive a população do Folharido sozinha. Eu estive sozinha a tentar controlar a parte inicial, no final do dia de segunda-feira para terça. Sozinha, e eu não conseguia. Eu pedia meios e eles não existiam. Eu tive os Felgares sozinhos. Quando o das Bouças chegou mais tarde começaram a chegar meios, mas nós estivemos sozinhos. O Fojo só teve aumento de meios porque um carro, não sei como, mesmo assim, se tivessem seguido as indicações dos locais, os presentes, se calhar as coisas não tinham atingido a proporção que atingiram na freguesia que eu represento e eu senti-me na necessidade de falar para dizer que me senti, também, ofendida no meu papel de mulher Presidente de Junta porque não me ouviram como deviam ouvir. As mulheres não sabem só fazer tricot e renda. Uma mulher que se propõe para ser Presidente de Junta também sabe onde são os caminhos, onde são as trocas, onde são os ventos predominantes que podem fazer com que o incêndio siga para outros sentidos. E eu também me senti tomada nessa minha faceta de mulher. Eu tinha aqui escrito, mas não me dá para ler e estou a falar e peço desculpa se puser um pouco as mãos pelos pés porque o meu sistema nervoso também não é fácil para gerir estas situações e eu tinha decidido que não iria falar. É assim, alguma coisa falhou e, se é para identificar o que falhou é agora. Não é daqui a um mês, nem é daqui a um ano. Concordo com o voto de louvor a todos os envolvidos, a todos os severenses, mas também não vi só bons severenses em Silva Escura, também vi coisas más e é nestas situações que se vê o melhor e o pior nas pessoas. Não é só o bom, não é só o bonito. Eu vi coisas feias, também. E, por isso, aprovo o voto de louvor a cem por cento, mas não podemos nunca deixar de identificar as falhas. As falhas que podiam ter sido controladas. E agradeço à proteção civil municipal e local que foram exímios a tentar controlar o meu sistema nervoso, a tentar libertar-me do que não tinham para me oferecer, ou para me dar a mim, eu quando digo a mim refiro-me a todos da minha freguesia. Foram exímios a dizer *já vai, tem calma, não tenho, mas vou tentar*. E eles, se calhar, ficavam ainda piores do que eu, porque eu senti isso e, depois, quando se conversa sente-se isso. É assim, se é para mudar, é agora. Temos que manifestar, agora, que nós, que estamos aqui num cantinho, não podemos ser orientados por pessoas que não conhecem os nossos terrenos, que não conhecem os nossos meios porque, no meio disto tudo, o que me valeu a mim, por exemplo, na zona das Bouças, foram os elementos do ICNF que vieram e me ouviram quando eu falei com eles, que me ouviram, porque, até àquele momento, não tinha sido ouvida e, daí, eu manifestar um pouco este meu desagrado e o que é errado tem que ser corrigido e não pode haver uma próxima vez. É o que eu acho. E aproveito para avisar que nós temos uma zona, a norte da União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas, nós temos um Arestal, temos toda aquela zona norte que não ardeu. Temos de tomar medidas agora para isso não voltar a acontecer. Ponto. Obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Sérgio Silva, tem a palavra. Obrigada, Elga.-----
Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu vou meter aqui um bocado de água na fervura para isto acalmar e venho falar aqui de provérbios populares. Queria começar por dizer que *tão cego é aquele que não vê como aquele que não quer ver* e, há coisas que eu ali, no canto inferior lá do fundo, consigo ver e não consigo perceber como é que há pessoas, na fila da frente, que não conseguem ver. Depois, o segundo provérbio popular é aquele muito básico que *apanha-se mais depressa um mentiroso do que um coxo* e, a este nível, recuar, também, à última assembleia municipal para dizer que foi perguntado ao senhor Presidente da Câmara o que é que se passava com o carro Mercedes da Câmara. Numa parte inicial, o senhor Presidente chutou para lá, para canto, e evitou responder à questão. Depois, já numa parte final, quando já todos estávamos com as atenções noutro vereador do executivo, o senhor Presidente lá disse que o carro tinha sido, mais uma vez,

vandalizado e tinha sido mandado pintar mais uma vez. Deixem-me dizer que eu, sinceramente, não fiquei convencido da resposta e, por isso, queria perguntar ao senhor Presidente mais alguns pormenores do assunto para ver se me clarifica e vou fazer a pergunta de uma forma de escolha múltipla para ver se é mais fácil responder. O carro foi vandalizado cá no concelho de Sever do Vouga ou no concelho de Santa Maria da Feira onde, às vezes, ele também é encontrado estacionado? Tenho algumas fotografias aqui do carro lá estacionado. O último provérbio popular que eu queria dizer é *tão ladrão é o que vai à vinha como aquele que fica à espreita* e deixem-me dizer, relativamente ainda ao assunto da última assembleia, que eu não consigo perceber como é que num concelho digno como Sever do Vouga, depois daquele triste episódio, não houve nenhuma demissão na segunda-feira seguinte, nem houve nenhum Presidente da Câmara que lhe tivesse tirado o tapete. Muito obrigado. Disse.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não tenho mais inscrições. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja responder a estas últimas questões ou se passamos ao ponto seguinte.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente a Talhadas, quero dizer que as matrizes prediais nas finanças dos terrenos da zona industrial de Talhadas estão em nome da Junta de Freguesia. Sobre esse assunto, não tenho mais nada a dizer. Queria só, uma vez que foi aqui falado, dizer a todos vocês o seguinte: eu, por acaso, acho piada quando as pessoas me dizem *senhor Presidente, você nem imagina* – eu imagino porque eu estive em todo o lado, era impossível haver meios em todo o lado. Chegámos a uma altura em que tínhamos dezenas de focos de incêndio em oito freguesias. Era impossível termos um carro por cada lugar. E, no caso do Folharido, eu posso dizer, e está na linha do tempo, que o senhor Comandante da GNR pediu, várias vezes, um carro para o Folharido, eu pedi várias vezes, um carro para o Folharido e também posso dizer que me foi dito que iria um carro para o Folharido e não foi. É isso que eu lamento. Também posso dizer que teria sido uma tragédia ainda maior se não fosse a colaboração de todos – aquilo que eu chamo bombeiros sem farda – os populares que se uniram, como nunca tinha visto na minha terra, com as carrinhas de caixa aberta. Os depósitos, as motobombas, salvaram, a título de exemplo, na minha quinta, na minha não, na do meu pai, foi assim que não ardeu porque eu pedi ao posto de comando um meio porque estava a deflagrar lá um incêndio e disseram-me que tinha sido enviado e na foi enviado e depois pedi a uma pessoa que lá fosse e foi ela que resolveu como se resolveu em muitos sítios. Agora, de facto, não era possível, dada a dimensão do incêndio no nosso concelho, e também não nos podemos esquecer que à nossa volta estava tudo a arder. Isto não serve de desculpa para falhas que houve, mas também quero lembrar o seguinte: o nosso concelho não teve nenhuma vítima mortal. O nosso concelho teve dois feridos ligeiros que estão bem, com quem eu tive a oportunidade de falar. O nosso concelho não teve nenhuma perda de uma casa de primeira habitação na totalidade. O nosso concelho teve perda de empresas e a primeira coisa que nós fizemos foi pedir ajuda ao Governo e o Governo veio cá e tem cá estado em Sever do Vouga, não é em mais nenhum município, tem cá estado. E, portanto, tudo isto se deve a um trabalho incessante, eu não digo do executivo, mas dos próprios bombeiros e da proteção civil. Eu acho que houve coisas que podiam e deviam ter sido feitas de maneira diferente e eu posso identificar as coisas com as quais eu não concordo, mas eu prefiro dizê-las diretamente ao comandante da proteção civil. Dito isto, só em jeito de desabafo, ainda bem que não sou eu a mandar porque, se fosse eu a mandar, no que diz respeito à proteção civil, isto tinha corrido muito mal porque eu, pela primeira vez, não conseguia raciocinar com a cabeça e eu agia com o coração. Eu, de cada vez que alguém me ligava desesperado, se não havia um carro eu ia para lá. Eu arrisquei a vida, juntamente com a comandante dos bombeiros, muitas vezes, sem sentido nenhum, mas pronto. Esta coisa de virem pessoas de fora, eu acho que podem virem pessoas de fora, têm é que ouvir as pessoas daqui, têm que ter a humildade de ouvir. E uma coisa que eu apercebi é que, curiosamente, o fogo tem memória, ou seja, o fogo segue sempre os mesmos trajetos e, às

vezes, nós ouvíamos os populares *se chegar ali vai já para ali e ia*. E era impressionante. E, em relação à declaração da Elga, não te sintas, relativamente ao facto de ser mulher, não te sintas porque eu sou homem e sentia o mesmo, portanto, a sensação de impotência era assim, quer dizer. A cadeia de comandos estava, existe um comando nacional, um comando regional, um comando que estava em Oliveira de Azeméis e depois um comando local. Nem o próprio comandante dos bombeiros que, digo-vos, foi um anjo colocado aqui nesta terra, os bombeiros daqui são fantásticos, eu tenho o exemplo de dois bombeiros que tinham férias marcadas para segunda-feira, iam perder o dinheiro das férias, um deles perdeu mil, quinhentos e tal euros, mas decidi ficar cá e os bombeiros, aquela família, estava ali o marido, a mulher, a filha, todos os dias ali, porque estamos a falar de distribuir reforços, comida, novamente reforços, bebidas, por quatrocentos bombeiros. Isto é uma loucura. Quem diz bombeiros diz as pessoas do exército, diz as pessoas da proteção civil, diz as pessoas do ICNF, diz tudo, GNR. Portanto, eu, apesar de tudo, sinto-me muito grato por, no meio de tanto pesadelo, não ter sido uma tragédia ainda maior. Os materiais levantam-se. Não há, na minha opinião, nada que pague o custo da perda de uma vida humana e isso nós conseguimos – quando digo nós, digo todos os severenses – conseguiram que isso não acontecesse. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais intervenções, vamos passar ao período da ordem do dia.-----

----- 3 – Período da Ordem do Dia -----

3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia, apenas duas notas. Os serviços elaboraram a informação da atividade desenvolvida neste período. Peço desculpa se há alguma falha em alguns serviços, pois uma vez que o nosso compromisso de envio da Informação escrita era até ao dia 19 de setembro e tivemos serviços que devido à situação de calamidade vivida não conseguiram concluir a informação. Tentaremos melhorar na próxima assembleia municipal. No mais, remeto para a informação escrita a que todos tiveram acesso e que está devidamente pormenorizada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Estão abertas as inscrições. Sérgio Silva, tem a palavra.-----

Sérgio Silva – Minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhores vereadores e senhor Presidente da Câmara, caríssimo Presidente da Assembleia Municipal. Relativamente a esta comunicação escrita que, com exceção do primeiro parágrafo, é dedicada aos incêndios que afetaram o concelho de Sever do Vouga na passada semana, quero aqui dizer que há horas para tudo. Há horas para o combate, que é enquanto o fogo não está totalmente extinto. Há horas para a propaganda, que é durante a campanha eleitoral. E, há horas para o debate político, que eu entendo que é aqui na Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente de Câmara, a desgraça do próximo e a tragédia merecem alguma ponderação e algum cuidado nas palavras. Apesar de, durante a semana passada, termos andado desde o primeiro momento na linha da frente e de também termos acompanhado o comando da proteção civil, ora na sede do município, ora no alto do Roçário, tivemos a oportunidade de abrir os vídeos que nos iam enviando diariamente a reportar os que durante a calamidade corriam atrás das câmaras e atiravam para todos os lados a responsabilidade comum daquilo que todos devíamos assumir, cada um a sua cota parte, pois vivemos numa sociedade plural. No primeiro dia a culpa era dos que acendiam os incêndios, no segundo dia a culpa era da legislação, no terceiro dia a culpa era da falta de meios, no quarto dia a culpa era da mancha florestal e no quinto dia a culpa era das juntas de freguesia que não limpavam as valetas. Senhor Presidente de Câmara, apesar do momento de desespero, não lhe posso admitir, e em defesa das juntas de freguesia, uma intervenção deste nível. Este triste episódio, neste momento frágil, só foi o culminar do ataque que fez às freguesias durante os passados três anos do seu mandato e a

confirmação de três anos de conflito com as freguesias, de três anos de falta de diálogo com as freguesias, e três anos onde sempre que reunia connosco era para nos tirar verbas como por exemplo os setenta e cinco mil euros para investimentos ou mesmo para tentar reverter os protocolos da limpeza de valetas tão bem feito por todos os presidentes de Junta. E deixem-me fazer aqui um parêntesis – eu tenho corrido o concelho de Sever do Vouga, todas as freguesias, e tenho verificado que em todas as freguesias os presidentes de Junta fazem um trabalho incansável com valores que, devido à inflação, estão totalmente desajustados e é incomportável as juntas de freguesia fazerem a limpeza com aqueles valores. Mas, mesmo assim, todos os presidentes de Junta fazem esse esforço, muitas vezes, indo buscar rendimentos a outros sítios. Dizer, ainda, a este nível, e antes de fechar parêntesis, o único sítio onde eu, às vezes, até vejo nas redes sociais valetas por limpar, é na vila que, por acaso, até é da competência da Câmara. Lembro-me, também, que após os incêndios de 2017 foi criada uma lei para limpeza das faixas de contenção a qual obriga as Câmaras a limparem dez metros para cada lado das estradas, de forma a evitar que os incêndios as atravessem. E deixem-me abrir outro parêntesis – e já que o PS não fez essa defesa da honra, eu faço, pois este presidente dizia que o anterior executivo que não fazia limpezas de faixas de contenção. Temos que, se calhar, senhor Presidente, nestes momentos difíceis, em vez de disparar para todos os lados, devíamos ter um bocadinho de humildade e moderar as palavras, pois a tragédia jamais deveria ser arma de remesso, muito menos utilizada para a promoção pessoal ou partidária. Disse.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. António Carlos Monteiro, tem a palavra.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara e demais Câmara, senhores deputados municipais e senhores presidentes de Junta. Queria, desde já, dizer que há uma frase que acabou de ser dita agora com a qual eu estou cem por cento de acordo – a tragédia não deve servir de arma de arremesso. Nisso, acho que estamos todos de acordo e acho que, se estamos todos de acordo, então que não se faça isso. Em relação à questão dos fogos florestais que assolaram Sever do Vouga, tivemos a ocasião de falar no período anterior. Estamos, é evidente, nesta informação escrita em que após os fogos florestais seria impossível que não houvesse uma menção aos mesmos e é importante olharmos em frente e pensarmos naquilo que devemos fazer para que não se repita uma situação com esta gravidade. Não adianta fingir que não há problemas endémicos no território. Há um problema seríssimo de desordenamento territorial e foi aqui chamada à atenção já. Então, se alguém resolve construir a sua casa ao lado de uma zona florestal já instalada previamente, esse proprietário florestal, muitas vezes em minifúndio com meio hectare, para proteger a casa que o vizinho construiu tem que cortar toda a sua plantação florestal sem qualquer compensação e, se não o fizer, é multado. Isto é um exemplo de desordenamento. A lei que foi aprovada, na sequência de Pedrógão, aquilo que prevê, essencialmente, é um catálogo de coimas para os proprietários florestais sem qualquer equilíbrio e sem apresentar qualquer solução em termos de ordenamento que o permitisse ultrapassar. E é bom que tenhamos isto claro. O resultado dos estudos de Pedrógão apontaram para uma série de problemas. Olharam para um deles e disseram *aqui está uma solução que permite iludir e dizer que estamos a resolver*. Mas, a realidade do problema está a montante. Se não se sabe de quem é um terreno, porque há partilhas que não foram realizadas, às vezes à terceira geração, e podem ser vinte, trinta proprietários de meio hectare onde estão plantados eucaliptos, como é que isto se resolve? Isto tem que ser resolvido a nível da Administração Central porque este não é um problema de Sever do Vouga. Este é um problema do país. É um problema, desde logo, de toda a zona centro à zona norte. Não é diferente em Sever do que é diferente num concelho qualquer do distrito de Viseu, ou no distrito de Braga, ou no distrito do Porto. São iguais os problemas. E, portanto, para não repisar aquilo que já disse antes, estes problemas já estão estudados. Exigem que se passe para o terreno as soluções que estão estudadas. Essas soluções têm que ter sustentabilidade económica e social para além da sustentabilidade ambiental. As

peças têm que compreender e elas têm que ser soluções que sejam objeto do necessário consenso e da necessária componente financeira que permita que elas, no terreno, tenham resultados eficazes. Queria, para não ficar apenas nos fogos, pegar num outro assunto que me preocupou e que consta na documentação que foi distribuída pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, recebida aqui na assembleia municipal, dirigida ao senhor Presidente e que eu sei que também foi dirigida à Câmara e que, neste momento, é do conhecimento de todos. Nós temos, no Vougapark, um polo da Escola Profissional de Aveiro e a Câmara Municipal de Aveiro informou de uma rotura com a associação que explora essa escola profissional de Aveiro e que tem também aqui esse polo. E desconheço as razões em concreto, enfim, temos a informação que consta do comunicado. Agora, eu acho que a educação é uma componente fundamental para o desenvolvimento do concelho de Sever do Vouga, é importante a escola que nós, a escola pública e tudo aquilo que tem sido a aposta na educação no concelho de Sever do Vouga, mas há esta componente do ensino profissional que está assente nesta mesma associação e aquilo que eu perguntaria ao senhor Presidente da Câmara é se percebeu, efetivamente, o que é que está a acontecer, se essa decisão da Câmara Municipal de Aveiro terá, ou não, impacto no funcionamento do polo da Escola Profissional de Aveiro aqui em Sever do Vouga e, se sim, se estão a ser estudadas soluções. Se não, que garantias é que temos de que, efetivamente, continuará a funcionar como tem funcionado ao longo dos anos esta mesma Escola Profissional de Aveiro. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. João Oliveira, tem a palavra.-----

João Oliveira – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, senhores deputados, senhores presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Sobre os incêndios, já muita coisa aqui foi dita. Eu só vos quero dizer o seguinte: eu já vi este filme. Desta vez, em repetição. Eu estive, em 2017, em Mortágua, aquando dos incêndios de Pedrógão. Já partimos muita pedra aqui. O que temos que fazer, no meu entender, é pensar realmente o que é que correu mal, porque é que correu mal, tirar ilações daí e vamos em frente. Na sua comunicação escrita o Presidente da Câmara Municipal faz uma referência ao Boletim Municipal de Julho. Acerca do conteúdo do mesmo gostaria de referir o seguinte: No dia 4 de setembro, em reunião no salão nobre da Câmara Municipal, o executivo anunciou entusiasmado o valor dos subsídios anuais às associações, coletividades e IPSS do concelho, no valor total de € 172 450,00. A expectativa nos presentes era grande, mas a montanha pariu um rato. Houve um aumento nos subsídios de cerca de 5%, relativamente ao ano de 2023. Mais de metade deste aumento foi para uma única coletividade, que viu o valor do seu subsídio subir de € 5 000,00 para € 10 000,00. Não me compete a mim avaliar se é justo ou não. Refiro-o apenas para salientar que o aumento total do subsídio das restantes cerca de sessenta coletividades incluindo bombeiros e IPSS, no corrente ano, foi inferior a € 5 000,00, relativamente ao ano de 2023. Recordo que, em 2023, o executivo fez um corte drástico nestes subsídios de 21,5% relativamente aos subsídios concedidos por este mesmo executivo em 2022, tendo algumas associações tido uma redução de 2/3 no valor do seu subsídio. Desde 2021 até hoje, e apesar do aumento muito significativo dos salários, fruto sobretudo do aumento do salário mínimo, dos combustíveis, do custo dos produtos, enfim do aumento do custo de vida, o valor do subsídio dos bombeiros manteve-se inalterável nos 40.000€ e quanto às IPSS, que como é do conhecimento geral lutam no país e no nosso concelho com imensas dificuldades e prestam um grande serviço à comunidade, todas tiveram no corrente ano um subsídio inferior ao atribuído por este executivo em 2022. Senhor Presidente da Câmara Municipal, bem sei que o executivo concede outros apoios, quando solicitados ao longo do ano, mas estes dizem respeito a casos pontuais que todos os executivos concedem e bem. Fazem parte do funcionamento normal das autarquias. Não pode servir de desculpa para os valores atribuídos a cada coletividade. Constatei que algumas das associações mais ativas

e mais disponíveis do concelho, que prestam um grande serviço à comunidade, apesar de não terem baixado os braços, se encontram desmotivadas e se sentem injustiçadas porque o seu importante trabalho não foi reconhecido pelo Município. Concluo este assunto, pedindo ao senhor Presidente da Câmara Municipal que nos diga os motivos que levaram a esta situação, bem como os motivos que levaram ao corte tão significativo nos apoios que este executivo concedeu às associações em 2022. Ainda relativamente ao boletim municipal de julho, trata-se de uma publicação com papel e imagens de alta qualidade, paga pelos severenses, cuja distribuição foi efetuada em parte ao Domingo, pelos funcionários da Câmara Municipal a expensas do Município. Dadas as suas dimensões, quando não cabiam nas caixas de correio eram jogadas para o chão junto à habitação. O seu conteúdo deixa muito a desejar, senão vejamos: betão e mais betão é sobretudo isto que o executivo nos apresenta. Não vi grandes obras de iniciativa do atual executivo. Estrada de Dornelas Silva Escura sem fim à vista. A Rua da Arrôta, que muita falta faz aos severenses e que retirará algum movimento rodoviário do centro da vila, parece encontrar-se em banho de maria a aguardar pelas próximas eleições, no entanto neste boletim já é referida a fase II execução de passeios, pavimentação em tapete betuminoso da rua, execução de rotunda na interseção com a EM 570 e sinalização. Mas nada disto está executado ou iniciado. Pergunto, afinal porque consta desta publicação? No boletim municipal vi várias fotografias de uma piscina municipal que deveria estar ao serviço dos severenses, mas que, na verdade, se encontra encerrada desde o início de agosto. Senhor Presidente da Câmara Municipal, pode dizer-nos porque está a piscina encerrada desde o início de agosto e até quando continuará encerrada? Trata-se de uma infraestrutura que deveria estar ao serviço dos severenses. No caso de a piscina voltar a abrir, recomendo que aproveitem esta paragem para colocar saboneteiras nas cabines com chuveiro como já referi há alguns meses nesta assembleia. É uma questão de higiene pública. Quanto à gestão de combustível, entre as várias fotos publicadas no boletim municipal, lamento não ter visto uma foto com a desmatção de um lote de terreno da Câmara Municipal junto a uma habitação no Bairro da Bela Vista e a uma IPSS. O Município deveria ser o primeiro a cumprir a legislação no que concerne à faixa de combustão. Senhor Presidente da Câmara Municipal, permita-me que lhe lance um repto. Agora que uma parte significativa da floresta existente à beira das estradas do concelho se encontra consumida pelas chamas, penso que será um bom momento para criar a facha de gestão de combustível legal junto das mesmas estradas. Providencie para que tal aconteça e com isso prestará um grande serviço aos severenses. Eu conheço um concelho em que a Câmara Municipal meteu mãos à obra e criou estas fachas de gestão de combustível em todo o concelho, com bons resultados. Ainda no boletim municipal, não vi qualquer imagem ou menção à recuperação do Parque Urbano da Vila, que se encontra em péssimo estado, com lixo, bancos partidos e apodrecidos, acessos pedonais com perigo de acidente, ramos no solo, falta de iluminação, falta de limpeza, etcetera, etcetera, etcetera. Senhor Presidente da Câmara Municipal, para quando uma Reabilitação deste parque, que se quer um cartão de visita do concelho? Quanto a atividades culturais, sociais, desportivas, ambientais, de lazer, educação, turismo, as comemorações do cinquentenário do 25 de Abril e outras, lamentamos que estejam ausentes deste boletim municipal. Também lamentamos que não exista referência às atividades realizadas no CAE, Biblioteca, Museu e Vougapark, nem à Feira do Mirtilo, Ficavouga ou Feira Quinhentista. O seu espaço foi ocupado por fotos de alcatrão, o que é muito mau. Estas atividades fazem parte do dia a dia do nosso concelho e deveriam merecer uma maior atenção do município e ter neste boletim um espaço e o devido destaque. As pessoas que participaram nestas atividades e os severenses em geral gostariam com certeza de ver estes momentos retratados no boletim municipal. Seria também um incentivo para quem nelas participa. E, para concluir, quero dizer-vos que concordo com o senhor Presidente da Câmara Municipal quando refere que o turismo tem aumentado. Uma palavra para os nossos novos turistas, os javalis, que durante a noite e início das manhãs se passeiam e se deliciam tranquilamente e em família, pelas ruas e

jardins do centro da vila. Os severenses veem as suas culturas destruídas e desesperam sem soluções. Procuram afastar estes animais socorrendo-se dos mais diversos artefactos (cabelo humano, luzes, etc.) sem sucesso. Uns reduzem as suas culturas, outros abandonam-nas. Desesperam e suplicam por ajuda sem sucesso. E as fêmeas dos javalis, ao reproduzirem-se duas vezes por ano, com várias crias, continuam a fazer aumentar muito significativamente a população destes novos turistas, para desgraça daqueles que veem as suas culturas destroçadas. Para além dos estragos na agricultura, como é sabido, os javalis são causadores de acidentes rodoviários graves. Bem sei que há legislação que condiciona o abate destes animais, mas compete ao nosso executivo diligenciar junto dos representantes do nosso governo, que bem conhece, para encontrar rapidamente uma solução para este problema. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. António Dias, tem a palavra.----
António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os presentes. Senhor Presidente da Câmara, eu não vi aqui nada na informação escrita acerca dos incêndios, também entendo que o senhor não tenha tido tempo, uma vez que, infelizmente, havia muito por onde estar e, infelizmente, havia muitos assuntos a resolver. Senhor Presidente, solicito, sobre os incêndios, que interceda por nós severenses sobre a possibilidade de alterações legislativas, nomeadamente o aumento das penas para os incendiários e, se possível, videovigilância florestal. Possivelmente, se autorizassem algumas câmaras de videovigilância, teríamos uma parte dos incêndios, pelo menos nalguns locais, mais evitada. E, também, senhor Presidente, políticas de apoio, nomeadamente, bolsas de apoio para reinvestimento e para a reconstrução do que ardeu, se possível, senhor Presidente, a uma taxa de juro bonificada. Também, apoio na elaboração das estimativas dos danos e perdas, uma vez que muitas das pessoas que tiveram os seus bens arditos têm muita dificuldade em fazê-lo e, também, em projetos de investimento e de reconstrução. Senhor Presidente da Câmara, se bem se lembra, todos os orçamentos municipais eu tenho o cuidado de dizer que deveria haver uma rubrica, um valor, para as freguesias investirem em proteção civil. Toda a gente aqui dentro se lembra disso. Aliás, já defendi até que votava contra, uma vez que não via nenhuma verba para a proteção civil das freguesias e, senhor Presidente, uma vez que, brevemente, irá começar a tratar do orçamento municipal, eu gostava que houvesse uma rubrica no orçamento municipal para a proteção civil das freguesias e dou-lhe um exemplo, senhor Presidente, de como o usar – se fosse possível, câmaras de videovigilância florestal, se autorizadas, bocas de incêndio, tubagens, viaturas, e o senhor Presidente sabe e eu sei o trabalho que o senhor Presidente fez e, portanto, não houve uma crítica e não lhe vou dar nenhuma crítica porque sei você fez o melhor que sabia e que podia e o senhor sabe que também o fiz. Por isso, senhor Presidente, nesse aspeto, em termo de gestão dos incêndios, pouco ou nada o senhor Presidente poderia fazer a mais do que fez. E também, senhor Presidente, uma vez que vocês têm dificuldade nos caminhos florestais, ainda nada foi feito... desculpem, ninguém ouviu uma crítica sobre a gestão do fogo aqui, não se estejam a rir porque é verdade, portanto, eu sei a dificuldade que ele teve e sei o que se esforçou, portanto, ele e eu e por aí fora, todos nós. Também, senhor Presidente, e aqui é uma crítica ao senhor Presidente a toda a proteção civil municipal – senhor Presidente, infelizmente, ocorreu uma reunião no dia 30 de abril entre os presidentes de Junta, uma reunião do POM (Plano Operacional Municipal), o senhor Presidente não esteve presente, esteve o senhor Vice-Presidente, senhor Presidente, eu pergunto se todas as medidas foram implementadas, se todos os pontos críticos foram identificados e acautelados e dou-lhe o exemplo, senhor Presidente, postos de vigia. Se calhar as pessoas aqui dentro não sabem, não há nenhum posto de vigia, dos quatro que vigiam o nosso concelho, que esteja com os quadros de pessoal ocupados. Isto é vergonhoso. O incêndio começou às três da manhã, ali na Foz, eu tive o cuidado, por acaso passei na A25, não tinha ninguém no posto de vigia de Talhadas. Eu tive o cuidado hoje, antes de vir para aqui, nenhum posto de vigia tem os quadros ocupados. Estão todos com falta e sabem quando é que falta? À noite. Isto e

vergonhoso. Dou-vos o exemplo, e peço desculpa se o nome não for este, mas o posto de vigia do Arestal incompleto, não tem o quadro completo, portanto, senhora Presidente de Junta de Silva Escura, vá-se preparando porque não tem posto de vigia. A seguir... sim, mas é também para a sua zona, não é só para a minha freguesia ou para a sua, é para todas. Alto de Albergaria, não está completo. Talhadas, não está completo e agora já só tem dois. Supostamente, para funcionar plenamente eram quatro, tinham três, um foi de baixa e já só tem dois. Só trabalha um dia, ou seja, quando nós precisamos de mais é quando eles lá não estão. E Cabeço Cão também só tem dois, senhor Presidente da Câmara, ou seja, resumindo e concluindo, eu gostava que o senhor Presidente da Câmara, como chefe máximo da proteção civil municipal, nos enviasse a mim, e a todos os membros, os horários ocupados nos postos de vigia que, se calhar, íamos ter todos uma dor de cabeça e o senhor Presidente e o senhor Vice-Presidente nunca disseram nada a ninguém. Eu não entendo, desculpem, sabemos que há o perigo e não estão preocupados com isto. Senhor Presidente, eu deixo-lhe aqui, porque eu gosto de apresentar soluções, senhor Presidente, estes postos não têm vigilância vinte e quatro horas por dia devido à falta de pessoal e, também, interdição de quem está aposentado ou reformado, ou seja, se possivelmente autorizassem estas pessoas teríamos os quadros dos postos de vigia ocupados. Senhor Presidente, há que fazer esforço. O senhor é o chefe máximo da proteção civil, portanto, mas deixo-lhe mais uma sugestão, senhor Presidente, há uns anos atrás, quando o tribunal encerrou, fechou, e depois voltou a abrir, sei que, julgo eu, ainda está um funcionário da Câmara no tribunal, certo, da parte administrativa? Porque é que o senhor não alocou alguns funcionários da Câmara para os postos de vigia? Diga-me lá. Será que não é possível? Será que não é negociado? O senhor tem os médicos que até contratou, porque é que não contratou funcionários para os postos de vigia ou alocava-os, portanto, deslocava-os. Se calhar, alguns até aceitavam. Deixo essa sugestão, senhor Presidente. Senhor Presidente, caminhos florestais, foi dito aqui no POM, nada foi feito. Pergunto, que medidas foram implementadas pelo POM? Não vi nenhuma. Pelo menos, na minha freguesia. Senhor Presidente, boletim municipal, posso-lhe dizer que, a mim, foram-me entregues cinco. Se calhar, é por ser Presidente da Junta, não sei. Senhor Presidente, eu gostava de saber, senhor Presidente, que me justifique as obras e investimentos que estavam lá ao abrigo do protocolo de investimentos. Só assinei um consigo que foi de 2022. Os meus colegas presidentes de Junta devem-se rir porque aquilo dá ideia que a Câmara pagou tudo nas Talhadas, mas o problema é que não estão lá essas obras – onde é que está o armazém, onde é que está a viatura ligeira de passageiros... não estão, senhor Presidente. Portanto, tem lá umas sete ou oito de vinte e duas que você lá tem que algumas não existem. Gostava depois, e senhor Presidente da Assembleia, aproveito para requerer a vossa excelência que solicite ao senhor Presidente da Câmara Municipal, através de requerimento, justificação dos valores pagos por descritivo à Junta de Freguesia de Talhadas através do protocolo no presente mandato e que me seja respondido, senhor Presidente. Já agora, senhor Presidente, a zona industrial de Talhadas, para quando a sua expansão, o que é que é necessário acontecer mais? Apoios às associações, senhor Presidente, o senhor Presidente respondeu-me, há pouco, que deram de acordo com os 50% do orçamento apresentado. Eu pressuponho que, possivelmente, as associações nem pedir sabem e eu algumas vou-lhe perguntar. Desculpe, do orçamento deles, sim senhor, foi o que foi dito há pouco. Portanto, senhor Presidente, eu, se Deus quiser, porque eu não entendo porque é que a AHT baixa de € 3 500,00 em 2022, para € 2 000,00 em 2023, e € 1 400,00 em 2024; o Grupo Típico de Talhadas € 500,00 em 2022, zero em 2023 e € 300,00 em 2024, por exemplo, e o CRCT € 5 000,00 em 2022, € 311,40 em 2023 e € 500,00 em 2024. Senhor Presidente, taxa de resíduos sólidos, continuo à espera que me informe qual é a lei, ainda não a sei. Senhor Presidente, e por fim, para terminar, senhor Presidente da Assembleia, peço desculpa, protocolo das limpezas entre as freguesias e a Câmara Municipal, fui ver, foi a 15 de janeiro de 2020. Foi negociado, está ali o senhor Presidente da Junta de Paradela que foi quem enviou um dos e-mails, fui ver há pouco e,

senhor Presidente, começou em 2020 e nunca foram atualizados os valores. Eu pergunto, senhor Presidente, faça à Câmara e receba pelo ordenado de Presidente da Câmara de 2020 como nós recebemos pelas limpezas, ou seja, desde 2020 que não é atualizado. Isto é uma vergonha. Obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não tenho mais nenhuma inscrição, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se assim entender, responder às questões que foram colocadas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Foram tantas. Eu, a dado momento, irei pedir à senhora Vereadora Paula Coutinho e ao senhor Vereador Paulo Nogueira para responderem. Começo só aqui pelo senhor Presidente de Junta, Sérgio Silva e eu até escrevi aqui “senhor Sérgio Silva eu não sei a que se refere porque não vi televisão durante a semana passada, o senhor parece ter tempo para isso, pois, se puder, faça-me um resumo”. António Carlos Monteiro, relativamente à questão da EPA, nós estamos a envidar esforços para compreender a situação e o que levou a Câmara Municipal de Aveiro a tomar a posição que tomou. Eu desconheço, mas é isso que estamos a fazer neste momento e, com base nisso, nós também tomaremos, aliás, neste momento está no Ministério Público, segundo sei, e com base na decisão do Ministério Público, nós responderemos. Senhor João Oliveira, subsídios das associações, a minha alegria na sessão da apresentação dos subsídios das associações foi porque nós, este ano, ao contrário do ano passado, conseguimos ter verba disponível muito antes do que tivemos no ano passado. Aliás, no ano passado nós não tínhamos verba para nada fruto de uma série de questões, nomeadamente da alteração da lei geral de financiamento das autarquias, da perda de população, portanto, chegámos ao final do ano e não sabíamos se íamos dar alguma coisa ou não. Relativamente aos subsídios às associações, eu confesso que eu não percebo nada do que diz porque nós temos dois tipos, ou três tipos, se quiser, de apoios. Temos os apoios deste tipo de subsídios, temos os apoios pontuais e temos os apoios em meios humanos, em espécie. O total dos subsídios, em 2023, foi, segundo sei, trezentos e tal mil euros. O total dos subsídios, em 2024, nós calcularemos no final do ano e serão informados porque a verdade é que este é um subsídio e o resto dos subsídios pontuais nós entregaremos, agora, eu não sei se se quer referir a algum caso em particular. Aproveito, também, para dizer que, para além destes subsídios, este ano vamos dar € 75 000,00 em subsídio à natalidade, mais € 40 000,00 em bolsas e, portanto, nós apoiamos as associações na medida das nossas possibilidades, naturalmente que mereciam muito mais, mas nós apoiamos conforme podemos. Acho que, comparativamente ao que estava antes, até apoiamos mais. Antigamente, davam-se aqueles subsídios anuais e não se dava, depois, pontuais. Senhor António Dias, relativamente ao CRCT, só por curiosidade, o CRCT não recebeu um subsídio de € 5 000,00. O CRCT recebeu um subsídio de € 5 000,00 mais um apoio pontual de € 100 000,00. Depois, no ano a seguir, nem sequer se candidatou e, este ano, recebeu € 500,00 porque fomos informados que não tinham tido qualquer atividade. Entretanto, já falámos com o CRCT, foi clarificado e irá ser atribuída mais uma verba. Relativamente ao rancho, a mesma coisa, o ano passado não se tinha candidatado e este ano candidatou-se e recebeu. É lógico, as pessoas nunca estarão satisfeitas com aquilo que recebem. Faz parte da maneira de ser humano, mas a Câmara Municipal apoia, na medida das suas possibilidades e, de acordo com aquilo que eu tenho conhecimento, tem apoiado bem mais do que o executivo anterior. Quero, ainda, dizer-lhe o seguinte: relativamente àquilo que disse sobre a questão dos espetáculos, existe uma agenda cultural. Essa agenda cultural pode ser consultada e nessa agenda tem tudo o que existe no CAE, no museu, na biblioteca, portanto, podem consultar para além do boletim municipal. De facto, é engraçado dizerem que a gente colocou um boletim municipal só com alcatrão e betão. Se a gente faz, é porque faz. Se não faz, é porque não faz. Faz parte da maldição de ser presidente de Câmara. Só mais duas questões. Senhor João Oliveira, de uma vez por todas, as obras, deixe-me dizer que as obras, eu acho piada quando dizem “foram começadas pelo anterior executivo”. É uma estratégia boa, muito boa. Se calhar, algumas

peças acreditam, mas eu quero deixar muito claro que as obras que foram executadas, quer na estrada de Dornelas a Silva Escura, vocês encontram no boletim municipal, pelo menos, cinco empreitadas, foram realizadas por este executivo e nada têm a ver com o que executivo anterior fez. No caso da estrada da Arrôta, o projeto foi completamente alterado e, depois, fizemos novo projeto quer para a pavimentação, quer para a execução da rotunda, quer para tudo, mas nada tem a ver com o projeto que nos foi deixado. No caso das piscinas, nós prevíamos a abertura das piscinas na passada segunda-feira, não foi nesta segunda-feira, foi na anterior, foi declarado o estado de emergência municipal e, como sabe, as piscinas foram usadas para abastecimento dos carros dos bombeiros. Julgo que não fazia muito sentido as pessoas lá andarem a nadar. Neste momento, ainda não está cheia, está a encher, e abrirá logo que possível. Relativamente aos javalis, isto é um bocado como tudo, naturalmente a culpa dos javalis, eu até acho como é que um lobo não dá conta dos javalis. Como imagina, a questão dos javalis não é da responsabilidade da Câmara. Quem tem que fazer essa gestão são as associações de caça. Aquilo que nós fizemos foi quase único no país. Criámos um regulamento de incentivo ao abate do javali e temos, de facto, as associações de caça que têm matado uma série deles. Não são suficientes. Não sei se arderam agora alguns nos incêndios. Deixe-me dizer que os quatro que vieram visitar a praça, no sábado, estão na Quinta da Remolha, portanto, se os quiser ir lá apanhar a porta está aberta, pode ir lá. Eu até lhe digo onde é que eles estão. São só esses, são os que estão na Quinta da Remolha. São quatro. Eram seis, são esses. Não me quero estender muito mais porque depois queria dar a palavra aqui aos meus vereadores. Só sobre a videovigilância, no âmbito da CIRA, e no âmbito do PT2030, há uma verba destinada, são cerca de € 400 000,00, por município, sendo que € 100 000,00 desses são para gastar em comum com os municípios e destinam-se, nomeadamente, à aquisição de meios de videovigilância. Agora, não é a Câmara Municipal que coloca lá vigias. Isso não faz parte da Câmara Municipal. Não sei se ficou alguma coisa por responder, passaria a palavra ao Vereador Paulo Nogueira.-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Vice-Presidente tem a palavra.-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal – Muito boa tarde a todos os senhores deputados, senhor Presidente da Mesa, sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa. Relativamente aos incêndios, quero só deixar aqui uma nota que todos nós fizemos o nosso melhor em prol dos severenses e é isso que interessa registar. Temos uma área total no nosso concelho de 130km², dos quais 76% são área florestal, o que significa que são quase 100km² de área florestal. Dessa área florestal, efetivamente, 73% são eucalipto o que significa que são cerca de 72km² de eucaliptos. Vivemos condições climáticas extraordinárias que permitiram a propagação de um incêndio em vários locais ao mesmo tempo trazendo, com certeza, e não ignorando isso, dificuldade de coordenação dos meios que se repercutiram nalgumas localidades. Foi a bravura dos severenses, na pessoa do Manel, do André, do Joaquim, do Francisco, que se disponibilizaram para ajudar, entre todos, os vizinhos. Quero deixar aqui uma palavra, também, para os presidentes de Junta, os quais eu tive a oportunidade de assistir no combate direto para salvarem algumas habitações, aos bombeiros e a todos os agentes, o meu muito obrigado. Não posso deixar de agradecer, também, algumas empresas privadas, nomeadamente uma empresa que não é de Sever do Vouga, que é a TJA, que disponibilizou cisternas para abastecimento dos bombeiros gratuitamente. Importa que esta autarquia e este executivo, ao longo do tempo, sem desprimor dos executivos anteriores, foi efetuando algumas medidas para evitar estas circunstâncias. Foi já neste executivo que existiu um procedimento para a limpeza dos caminhos numa zona que, quando nós entramos, foi identificada como sendo a zona prioritária de intervenção e com o maior risco de incêndio. Estamos a falar da freguesia de Silva Escura e Dornelas e da freguesia de Rocas do Vouga. Já depois disso, efetuamos a limpeza da faixa de combustível da nacional 16 com o controlo das invasoras. Efetuamos, também, a limpeza das áreas circundantes das zonas industriais de Irijó, Talhadas e Cedrim e, mais recentemente, efetuamos as faixas de gestão de limpeza novamente da nacional 16

desde a Foz até ao limite do concelho e de outras estradas, nomeadamente a estrada que serve a freguesia também de Couto de Esteves e as estradas de acesso à zona industrial de Cedrim. Certamente que muito trabalho existe para fazer, mas existe uma coisa que só nós podemos controlar – os fatores internos. Existem fatores externos de muita dificuldade e volto a referir que as condições que nós vivemos, aliás, tive oportunidade de falar, recentemente, com o comandante da FEB que esteve no teatro de operações, é provavelmente o incêndio com a taxa de propagação mais rápida registada na nossa região, pelo que as dificuldades que apareceram no terreno, evidentemente, que se manifestaram nalgum dos locais do nosso concelho. Desde a falta de meios nalguns locais, alguma confusão entre nomes das nossas terras e eu quero deixar aqui este exemplo porque é um exemplo claro daquilo que, no meio da agitação que houve, às vezes acontece. Existe um local, no nosso concelho, que se chama Macida, mas também existe, a cerca de vinte quilómetros da Macida, um lugar que se chama Maçoida e esta confusão de nomes ditou, de alguma forma, uma confusão que gerou o deficiente socorro da população da Macida porque os bombeiros não chegaram a Macida em tempo suficiente para conseguir acudir a população. Não há como ignorar estas falhas. Teremos oportunidade, seguramente, com o senhor Secretário de Estado da Proteção Civil e com a Associação Nacional de Proteção Civil, de discutir medidas sugestivas para a melhoria do processo que é isso que interessa aos severenses, é que da próxima vez que isto aconteça, espero que não se repita, mas tenho a consciência que as condições climatéricas e a alteração a nível mundial o poderão provocar, estejamos mais capacitados para responder a este problema. Deixo aqui, também, uma evidência que já tenho lançado nas assembleias municipais anteriores, que é relativamente à AHT. Definitivamente, e espero que isto tenha sido mote para olharmos para a AHT e para que os membros da AHT e a Junta de Freguesia de Talhadas, que estou seguro também será um parceiro neste processo, possa definitivamente inserir a AHT dentro do processo. Isto é, a AHT tem que ser inserida dentro do processo de proteção civil porque, como eu tenho vindo a alertar, a AHT é uma associação legalizada, mas que atua fora do sistema e isto condiciona muitas coisas. Condiciona os meios próprios que ela tem, e o seu próprio financiamento e, portanto, dada a localização da AHT, que pode, não só, intervir na freguesia de Talhadas, mas como nas freguesias circundantes, teremos que olhar em parceria com os bombeiros voluntários, também, uma forma de capacitar esta associação para que ela possa responder na plenitude às exigências que lhe são colocadas. O senhor Presidente falou, há pouco, relativamente às câmaras de vigilância. Nós já temos câmaras de vigilância instaladas no nosso concelho, elas são é insuficientes, portanto, no âmbito da CIRA, esta fatia do PDR 2030 está destinada também a isso e ao equipamento das nossas associações humanitárias de combate aos incêndios. Por isso, peço a todos que não usem os incêndios como fator de arremesso político e que usem o que aconteceu no nosso concelho de forma construtiva. Que se estude, que se pense, que se repense, não só nos meios porque, se não houver uma real alteração do ordenamento do território, por muitos meios que existam, não vamos conseguir responder àquilo que nos espera e não está ao alcance desta autarquia colaborar, evidentemente, com o governo central, mas há a adoção de medidas que permitam proteger as populações e as suas habitações essencialmente. Não sou contra os eucaliptos, mas temos que definir zonas de cultivo de eucaliptos porque é que cultivo que estamos a tratar e zonas que protejam, efetivamente, as nossas populações. Deixem-me só referir que, também, ainda este ano, a E-REDES procedeu à limpeza das suas faixas de gestão de combustível e o ICNF fez a limpeza das redes primárias de gestão de combustíveis. E, portanto, apesar deste conjunto de medidas que foram tomadas, mesmo assim, não foi possível parar um incêndio conforme ele aconteceu. Portanto, trabalharemos cada um, individualmente, e todos em grupo, esta assembleia, obviamente, junto com o executivo, para que possamos melhorar o processo e evitar que algumas situações que ocorreram não ocorram de futuro.-----
Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. A senhora Vereadora também iria usar da palavra.-----

Paula Coutinho – Boa tarde, mais uma vez. O senhor Presidente já falo um bocadinho daquilo que, das associações e dos apoios que são atribuídos às associações. Efetivamente, existem três vertentes. Uma que é através de um regulamento que está no site da Câmara, existe uma data específica para concorrer e, efetivamente, tem lá uma cláusula que diz que só podemos apoiar até 50% dos custos apresentados no ano transato, ou com o relatório de contas do ano transato. Outra que é, são os apoios eventuais que as associações vão pedindo para atividades específicas. E outro que tem a ver com os apoios em espécie através da cedência de material, ou até a doação de certos materiais. Portanto, são essas as três vertentes daquilo que toca ao apoio ao associativismo. Nós tentamos, cada vez mais, trabalhar em parceria com as associações. Aproveitar aquilo que elas têm e as diversas vertentes onde exploram, onde trabalham, para conseguirmos, também, trazer para o concelho mais e melhor conhecimento e mais e melhor atividades. É óbvio que os subsídios nem sempre refletem aquilo que estão à espera e é isso que temos tentando construir ao longo dos tempos. Nós temos um limite orçamental, portanto, não é ilimitado, todos temos aqui um orçamento dividido por rubricas e temos que nos reger através desse orçamento que é definido agora por este mês que vai entrar. Portanto, é mediante essas cláusulas que temos que depois definir aquilo que damos a cada associação. Nós, na altura, falámos com as associações. Individualmente, até, com algumas, e explicámos o porquê de ser aquele valor e não ser outro e, também, aquilo que podemos ou que podem esperar no futuro. É um trabalho longo que nem sempre é aquilo que se espera, mas é o que se pode e, pelo que tenho falado com as associações, há essa compreensão e eles estão cientes daquilo que é o trabalho também do executivo. Se nós temos um regulamento, temos que o fazer cumprir, se não, nós estamos a cometer aqui uma, digamos, ilegalidade. Portanto, é isso que nós tentamos fazer, sendo certo que depois também podemos fazer através das, como já foi aqui referido pelo senhor Presidente, e também quando atribuímos os subsídios e também todas as associações já o sabem. Basicamente, é isso.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Tem a palavra, João Oliveira. Eu lembro apenas que temos muitos pontos da ordem de trabalhos, eu não irei fazer intervalo, portanto, peço a vossa brevidade nas intervenções.-----

João Oliveira – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu vou ser muito rápido. Relativamente aos subsídios, eu quero-vos dizer que eu fiz um mapa comparativo dos subsídios desde 2021 a 2024 e o regulamento é praticamente igual, portanto, eu não compreendo como é que em 2022 os subsídios tinham um valor muito superior aos valores que hoje existem nos subsídios. Assim como não compreendo que os bombeiros mantenham o mesmo subsídio desde 2021 e que as IPSS, inclusivamente, tenham um subsídio, neste momento, inferior ao subsídio que recebiam em 2021 e 2022. A subsídios pontuais foi dito aqui que os subsídios que estão a dar, pontuais, são superiores ao que dava o anterior executivo. Eu não sei, não posso comparar o que é dado por este executivo com o anterior executivo. O que eu sei é que sempre que eu precisei, nas associações a que pertença, de algo do anterior executivo, eu falava com eles e nunca me disseram não àquilo que eu pedi. Sobre isto, está tudo dito. Boletim municipal, sobre o boletim municipal eu só recomendava ao senhor Presidente da Câmara Municipal que fosse ao site da Câmara Municipal e que visse os anteriores boletins municipais que lá estão. Novos projetos de obras deixadas – para mim, a estrada de Dornelas a Silva Escura é uma obra. Se o anterior executivo tinha já contratado uma parte e este agora contrata outra, eu não compreendo como em três anos esta obra, concretamente, está no estão em que ainda está e não me venham falar de há mais esta obra que pertence, esta empreitada que pertence à estrada de Dornelas a Silva Escura, está é minha, a outra parcela é do anterior executivo. Não. Para mim, a obra é estrada de Dornelas a Silva Escura e eu não compreendo como esta obra ainda está, depois que o outro executivo a entregou ao atual executivo, ela ainda se encontra no estado em que está. Para terminar, relativamente aos javalis eu acho que falou-se aqui na associação de caçadores, mas eu acho que o executivo tem que diligenciar, junto de entidades superiores competentes, no sentido de que algo mude, se calhar a nível

de legislação. Não sei. Não podemos atirar para a associação dos caçadores. Temos que perguntar, nem para o regulamento, temos que procurar, se necessário, superiormente. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado. Já agora, se me permite, senhor deputado João Oliveira, o senhor conseguiu fazer aqui um exercício durante esta intervenção, as duas intervenções, na informação escrita a propósito de uma mera nota do senhor Presidente da Câmara acerca do boletim municipal o senhor conseguiu abordar aqui uma série de assuntos que não estavam na informação escrita. Dou-lhe os parabéns. Da próxima vez, teremos mais cuidado. Eu sei. A propósito de uma nota que existiu um boletim municipal, o senhor João Oliveira conseguiu tocar em muitos assuntos que não constam na informação escrita. Isto só para dizer o seguinte, porque nós temos um período de antes da ordem do dia que serve para isso e depois temos a informação escrita que deve ser sobre a informação escrita porque, se não, estamos aqui constantemente a repetir as mesmas coisas. Pronto, era uma nota. Vamos passar ao ponto 2 da ordem do dia. Desculpe, muito rápido, senhor Presidente.-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor João Oliveira, só para lhe perguntar qual foi o pedido da sua associação que tenha feito à Câmara Municipal e que não tenha sido acedido. Relativamente às IPSS, peço desculpa, mas não é verdade. As IPSS recebem, este ano elas vão receber € 12 500,00 mais € 35 000,00 para investimentos, portanto, recebem bastante mais. Relativamente aos bombeiros, os bombeiros este ano receberam € 50 000,00. Antigamente, costumavam receber € 40 000,00. Eu dou um exemplo. O senhor João Oliveira faz parte do Rotary Club que, antigamente, recebia € 1 500,00 e agora recebe € 500,00. Eu até lhe posso dizer que fui eu o primeiro presidente a fazer o pedido. Mas a verdade é que vai haver um jantar da Universidade Sénior que a Câmara vai pagar. Portanto, quer os € 1 500,00 e não pagamos mais nada? Fazemos negócio? É que, muitas vezes, junto das associações, nós fazemos isso. Muitas vezes nós fazemos isso. Portanto, ter associações só a pensar no subsídio, sinceramente. Só para terminar, relativamente à estrada de Silva Escura a Dornelas, a obra que foi começada pelo anterior executivo foi a movimentação de terras do quilómetro zero ao quilómetro... agora não me recordo. A compra dos terrenos, a compra das habitações, a compra e pavimento, obviamente, a pavimentação, a execução de bermas e valetas, sinalização horizontal que está feita, agora para a parte de cima de Dornelas, zona industrial de Decide, são tudo obras diferentes. Se, para si, é a mesma obra, paciência. Se é tudo obras diferentes. Tanto que nós fizemos concurso público para todas. Muitas delas têm empreiteiros diferentes, portanto, a obra estar neste estado, não sei a que estado se refere. Tem uma autêntica autoestrada entre Silva Escura e Dornelas. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pessegueiro já está a mandar vir comigo.-----

3.2 CPCJ – Eleição de Novo Cidadão Eleitor: - Através de e-mail datado de 09 de fevereiro de 2024, Ângela Teresa de Figueiredo Costa apresentou um pedido de demissão das funções de conselheiro da Comissão Alargada da CPCJ de Sever do Vouga, para as quais foi eleita na sessão de 29 de abril de 2022, pelo que, nos termos da alínea l), do n.º 1, do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, é necessário realizar o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a designação de um cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga.-----

João Oliveira pediu para intervir, tendo-lhe sido concedida a palavra.-----

João Oliveira – Ora, mais uma vez, boa tarde a todos, é o seguinte, é uma coisa muito rápida.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Só um minuto. Vamos relativizar. É assim, isto é um ponto da ordem de trabalhos, portanto, eu admito que quem queira dizer alguma coisa sobre o assunto possa usar da palavra. Não, não considero interpelação. O voto será secreto.-----

João Oliveira – É uma coisa muito rápida. Depois de nós termos acordado na reunião de líderes a pessoa que iria ser proposta, houve uma pessoa aqui que trocou mensagens com

alguém que estava com a pessoa que vamos votar e essa pessoa diz que não está disponível para ocupar. É só isto que eu deixo aqui à vossa consideração. Eu sinto-me na obrigação, depois das mensagens que me mostraram, de chamar a atenção para isto.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, João Oliveira. Fica o registo.---

António Monteiro sugeriu passar o ponto para o final da ordem de trabalhos de forma a poder ser confirmada a informação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se todos concordavam em voltar ao ponto no final da ordem do dia. Não havendo oposição, passou-se ao ponto seguinte, ficando a eleição para o fim da ordem do dia.-----

3.3 Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Concelho de Sever do Vouga: - Foi apresentada a versão final do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Concelho de Sever do Vouga para efeitos de aprovação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, apenas um pequeno esclarecimento. Trata-se de uma proposta elaborada pelos nossos serviços. Foram cumpridos todos os procedimentos legais.-----

Foi aberto um período de intervenções, tendo sido dada a palavra a Sérgio Silva.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Tenho aqui uma pequena questão que gostava de ser esclarecida e começava por dizer que eu concordo com este tipo de regulamentos que, mais do que incentivar à natalidade, eu acho que devia ser um regulamento de incentivo à fixação de casais jovens e à atração de casais jovens que, por sua vez, tenham, produzam natalidade, faço desta a expressão. E, por isso, e perdoem-me, também, à minha forma às vezes conservadora de olhar estes assuntos, mas eu sou da direita e, por isso, tenho uma opinião bastante conservadora e entendo aqui, eu tenho dúvidas quando se diz aqui no artigo 4º que *o requerente ou requerentes* – não está muito bem esclarecido o que é que significa requerente ou requerentes. Eu entendo que o requerente, em alguns casos, será o pai ou a mãe de uma família monoparental. Os requerentes, suponho, será o casal. E aqui diz que *o requerente ou os requerentes requerem do direito ao incentivo residam no município de Sever do Vouga há, pelo menos, 5 anos seguidos ou interpolados mediante comprovativos*. Eu faço a questão usando um exemplo. Imaginemos que há um dos membros do casal que é natural e residente cá há 20, 30, 40 anos, casa com alguém de fora do concelho, e essa pessoa recenseia-se cá e passa a residir cá. Mas, só cá reside há 2 anos porque casaram-se só há 2 anos e tiveram uma criança passados os 2 anos. A minha pergunta é, este casal tem direito ao subsídio, à natalidade?-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Temos mais intervenções? Não temos. O senhor Presidente da Câmara quer esclarecer?-----

Presidente da Câmara Municipal – Está esclarecido, tem direito e que venham muitos.---

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Câmara, só um minuto. Quer usar da palavra António Monteiro?-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente. Apenas porque é uma questão jurídico e eu fi-lo verbalmente sem estar no microfone. A partir do momento em que diz “requerente ou requerentes” significa basta, no caso que foi dado como exemplo pelo senhor Presidente da Junta do Couto, basta que um deles resida há mais de 5 anos, portanto, se casar com alguém de fora do concelho, está resolvido e por isso é que a redação, foi assim que eu interpretei, e como jurista posso ter a ousadia de defender que é a interpretação correta, é que basta que um, ou ambos, residam aqui em Sever por este período de tempo que foi determinado. É óbvio, já agora, aproveitando a palavra, que este regulamento, só por si, nunca resolverá o problema da natalidade. Como sabemos, e bem, este é um problema que aflige, em especial, os territórios de baixa densidade, mas que para o qual é fundamental que a criação de emprego, de ofertas habitacionais, e tudo mais, fixam e atraiam pessoas a instalarem-se em Sever do Vouga. Mas, como sabemos, este

regulamento existe e tem merecido sempre o nosso apoio e, independentemente, da maioria que o apresenta, e é uma componente que eu considero importante principalmente naquelas alturas em que ocorre um aumento de despesa natural pelo surgimento de uma criança em que é necessário e em que dá muito jeito ter esta folga para se comprar, desde a cadeira de bebé, àquilo que são as necessidades e para as quais, habitualmente, aquilo que são os demais apoios existentes que não cobrem, só por si, e portanto, é algo que tem sempre merecido apoio e que tem sido mantido e que eu acho que é importante que mantenha. Muito obrigado.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a versão final do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Concelho de Sever do Vouga para efeitos de publicação da mesma no Diário da República.-----

Vinte e seis votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

Diana Paiva não participou da votação, uma vez que não se encontrava na sala naquele momento.-----

3.4 Regulamento de Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos: - Foi apresentada a versão final do Regulamento de Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos para efeitos de aprovação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Todos nós conhecemos a realidade que vivemos. Tem sido muito difícil manter médicos no nosso concelho e nós delineamos uma estratégia para que isso fosse possível. Em primeiro lugar, perceber porque é que eles não se fixavam cá e aquilo que percebemos é que não se fixavam cá, fundamentalmente, pelo baixo salário decorrente do modelo de organização que tínhamos no nosso centro de saúde, uma unidade de cuidados de saúde primários. Também decorrente das instalações em muito más condições e, depois, decorrentes também das próprias despesas e custos de deslocação. Nesse sentido, o que nós fizemos foi, já com o anterior Governo, iniciarmos o processo que, neste momento, é garantido, da constituição de uma unidade de saúde familiar. A realização de obras de reabilitação no centro de saúde de Sever do Vouga, no valor de 2.1 milhões de euros. E, agora estamos numa fase final que é, para além de tudo, no concurso público que foi aberto para 5 vagas aqui no nosso concelho, ficou colocado na portaria que seria com a intenção de criar uma USF e seria, também, e os médicos também teriam direito a alguns incentivos para a sua fixação. Segundo a informação que tenho da diretora da ULS da região de Aveiro, há mais candidatas do que vagas e, portanto, esperamos que a situação possa melhorar bastante nos próximos tempos. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Estão abertas as inscrições. António Monteiro, tem a palavra.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta. Este é um passo que consideramos importante e que vai no sentido certo. É importante que tenhamos todos presente que, no final do mandato anterior, foram diagnosticadas sérias dificuldades em relação àquilo que era a fixação dos médicos em Sever do Vouga e não há uma solução única, não há uma varinha mágica, não há uma bala de prata para resolver esse problema. Todos os contributos para melhorar aquilo que é os serviços de saúde em Sever do Vouga, são fundamentais. Até porque sabemos que este não é um problema só de Sever do Vouga e que Sever do Vouga vai ter que competir com outras zonas do território que também estão fortemente carecidas de médicos e a quem faltam, por

exemplo, médicos que estejam à disposição dos seus utentes. E, portanto, é importante a passagem para USF. Não temos a menor dúvida de que esse será um passo importante para permitir uma melhor remuneração dos médicos. São importantes iniciativas que permitam retirar a pressão da procura sobre o centro de saúde de Sever do Vouga e aí o contributo, por exemplo, da Junta de Freguesia de Talhadas é importante naquilo que são as pessoas que podem utilizar esses mesmos serviços, mas é fundamental duas medidas que já foram tomadas e que não tenho a menor dúvida de que este regulamento vem também completar no que diz respeito à fixação dos médicos no Serviço Nacional de Saúde, que é uma componente fundamental para que seja prestado um serviço completo. Portanto, fica a minha saudação à Câmara por apresentar este mesmo regulamento aqui hoje. É evidente que será desejável que haja mais médicos candidatos às vagas do que as vagas disponíveis, até porque sabemos que, nalguns pontos do país, aquilo que tem acontecido é o contrário, é haver mais vagas do que médicos colocados, portanto, esse é um excelente sinal para acudir àquela que é a preocupação dos severenses em relação à colocação de médicos. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. João Oliveira, tem a palavra.----

João Oliveira – Mais uma vez, muito boa tarde a todos. obrigado, senhor Presidente. Os cuidados de saúde primários no nosso concelho continuam a ser uma das maiores preocupações dos severenses. A falta de médicos no nosso centro de saúde é desesperante. As extensões de saúde continuam encerradas. Face a esta terrível situação, pergunto se, nas obras que vão ocorrer no centro de saúde, está prevista alguma infraestrutura que permita o abrigo das pessoas que ali se deslocam de madrugada e que ficam ao relento, ao frio...-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor João Oliveira, foque-se no regulamento, se faz favor. É o que estamos a discutir.-----

João Oliveira – De qualquer maneira, isto julgo que também é importante.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Eu acredito que seja importante antes do período da ordem do dia tinha oportunidade de o fazer porque, se não, não saímos daqui. Portanto, sobre o regulamento tem a palavra para o que entender.-----

João Oliveira – Só queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal que nos transmitiu, na última reunião do ano de 2024, que no início de janeiro contactaria a nova ULS por causa dos protocolos para as extensões de saúde encerradas, se fez esse contacto e qual o resultado. Muito obrigado a todos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, João Oliveira. Sérgio Silva, tem a palavra.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu acho que devemos ter alguma moderação. Eu ouvi com alguma atenção o que nos disse o senhor Presidente da Câmara, mas o que as notícias nos dizem, e a nível nacional, as coisas não são bem assim. Existem muito menos médicos a concorrer do que as vagas que existem. Depois, queria dizer que este regulamento vem no seguimento de uma política, deste executivo, que inicialmente era uma política diferente. Era uma política, realmente, da criação de uma USF para atrair médicos, mas que eu também já disse aqui nesta assembleia que não será suficiente e não será a criação de uma USF, por si só, que vai atrair médicos. E então agora este regulamento parece um plano B e um complemento que, sim senhora, eu sou de acordo, já o disse também no ponto anterior, que sou de acordo com estes regulamentos. Contudo, eu acho que o regulamento não contempla, e devia-se ter em atenção uma coisa, isto que se está a fazer, esta estratégia da Câmara, é de médio/longo prazo e estamos a esquecer o curto prazo e o regulamento nada faz nesse sentido. E quero aqui dizer que, realmente, a Junta de Freguesia de Couto de Esteves e a Junta de Freguesia das Talhadas, estão a trabalhar nesse sentido do curto prazo e eu acho que a Câmara Municipal, para além deste regulamento e da tentativa de criação de uma USF, deveria também tomar medidas para o curto prazo porque os severenses precisam de cuidados de saúde no imediato. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, quer usar da palavra?-----

Presidente da Câmara Municipal – Sim. Relativamente ao senhor João Oliveira e relativamente à questão que perguntou, muito rapidamente, poderá haver no boletim municipal, na parte final, o projeto do centro de saúde. Relativamente ao curto prazo, a única coisa que nós conseguimos foi, efetivamente, com o Dr. Gonçalves. O Dr. Gonçalves foi contratado pela ULS e antes foi contratado pelo ACeS e a Câmara dá uns incentivos através de um protocolo tripartido entre, neste momento, a ULS, a Câmara Municipal e o Dr. Gonçalves. Relativamente à questão que fala do Couto e de Talhadas, e como sabem, é uma situação ilegal. A mim é-me indiferente, sinceramente. É-me indiferente se é legal ou se é ilegal. Se eu pudesse e depois não tivesse que andar a meter dinheiro do meu bolso, eu faria, naturalmente, de imediato isso. Não podendo fazer isso, porque correria o risco ou teria a certeza que depois teria que andar meter dinheiro do meu bolso e, para além disso, não resolve a situação, é um pouco enganadora. Dito isto, quero só frisar o seguinte – neste momento, a única extensão de saúde que está encerrada é a extensão de saúde de Pessegueiro, que também pode vir a abrir. As restantes extensões de saúde estão suspensas. Naturalmente, nós esperamos que, com a vinda destes médicos, seja possível os médicos deslocarem-se até essas extensões de saúde e é para isso que estamos a trabalhar e é esse o nosso plano. Agora, relativamente aos planos, nós temos plano A, B, C, D, E, F, teremos os planos todos que for preciso. Nós queremos é resolver a situação. Senhor Presidente, se me permitir, só mais uma coisinha que não tem a ver com este ponto. É dez segundos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Mas se não tem a ver com este ponto, é a propósito de quê?-----

Presidente da Câmara Municipal – É dos javalis, porque eu esqueci-me de dizer uma coisa.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não, vamos adiantar isso. Peço desculpa. Não vamos abrir precedentes porque, se não, depois tenho que fazer o mesmo e não.-----

Presidente da Câmara Municipal – Era só uma boa notícia, mas pronto.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Uma boa notícia tem oportunidade de a divulgar, ou transmita-ma que eu divulgo.-----

Sérgio Silva pediu para fazer uso da palavra.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Já não tem tempo, Sérgio Silva. Peço desculpa. Já ultrapassou o seu tempo. Vamos à votação. Francamente, se eu não deixei falar nos javalis, vamos adiantar. Vamos à votação.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a versão final do Regulamento de Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos para efeitos de publicação da mesma no Diário da República.-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Diga, senhor Sérgio Silva. Não precisa de estar com esse tipo de situação. Quando tiver direito a falar, fala. Eu alguma vez lhe retirei a palavra? Exatamente o quê? Não, não temos pressa. Senhor Sérgio Silva, terminou este ponto e agradeço que cesse a sua intervenção.-----

3.5 Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública – Revisão: - Foi apresentada a versão final do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública – Revisão para efeitos de aprovação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente, é a mesma coisa dos anteriores, portanto, trata-se de uma proposta elaborada pelos nossos serviços. Foram cumpridos todos os procedimentos legais.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Abertas inscrições para este ponto. João Oliveira, tem a palavra.-----

João Oliveira – Muito boa tarde a todos, mais uma vez. Confesso que não estava à espera de encontrar, neste regulamento, a solução para os graves problemas da recolha de resíduos urbanos e de higiene e de limpeza públicos que temos no nosso concelho. Continuamos a ver os contentores do lixo comum a abarrotar e sacos de lixo amontoados à sua volta. Debruçando-me especificamente sobre o regulamento que nos foi apresentado, tenho a referir o seguinte – gostaríamos de saber como é feito o controle pelo município da atividade da ERSUC nomeadamente: se cumpre com o volume e número de recolhas do lixo urbano contratados, e se procede à devida limpeza da área envolvente aos contentores a que está contratualmente obrigada. No Enquadramento Geral deste regulamento é referido e cito “o serviço de gestão de resíduos urbanos constitui um serviço público fundamental, para a qualidade de vida dos cidadãos, bem-estar geral, saúde pública e proteção do ambiente, cuja competência, por lei está atribuído aos municípios”. Esperamos que o município esteja à altura de dar resposta capaz a este ponto. Quanto aos óleos alimentares usados gostava de ver o contentor que se encontra junto ao Bairro da Bela Vista, substituído por outro da empresa contratada para esta recolha. Encontra-se num estado lamentável e a associação que o lá colocou aquando da primeira recolha destes óleos no concelho, já há muito autorizou a Câmara Municipal à sua remoção. O artigo 10º deste regulamento refere que a entidade gestora (o município) deverá garantir a gestão de resíduos urbanos cuja produção diária não exceda os 1100 litros por produtor. Repito – 1100 litros diários por produtor. Estou seguro de que este valor não é excedido, pelo que não se percebe porque continuam os contentores a estar a abarrotar. E termino fazendo votos para que este regulamento, após aprovação, venha a ser cumprido por todos os intervenientes. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, João Oliveira. Elga Silva, tem a palavra.-----

Elga Silva – Sintam-se, de novo, cumprimentados. Em relação aos resíduos, e tendo em conta as vicissitudes da freguesia que represento, já foi, há algum tempo, solicitado o reforço para ecopontos na freguesia tendo tido a resposta, quer pelo executivo, e confirmado pela entidade reguladora, que o rácio na freguesia é demasiado alto entre o número de ecopontos e a população da freguesia. Mas, tendo em conta as vicissitudes e as distâncias numa freguesia rural, e eu assim justifiquei, perante o engenheiro que estive a falar, que se seria possível reforçar esses mesmos ecopontos tendo, na altura, inclusive perante ele, a Junta ter-se responsabilizado de informar quando os ecopontos mais distantes estivessem cheios que teríamos feito a informação. O que eu solicitava era que o município, tendo em conta a nossa singularidade do nosso concelho e da importância que é reciclar e continuo a encontrar muitos lixos depositados em sítios inadequados e ilegais, se poderia haver uma força, um incentivo, por parte do município, para termos reforço de ecopontos, pelo menos, nos sítios onde já temos um dos vasilhames e completar com os restantes vasilhames porque é importante e o lixo é algo que nós temos que reduzir, reutilizar, reciclar e os outros erros que agora não me lembro.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, entende responder a algumas das questões?-----

Presidente da Câmara Municipal – Aqui a minha vereadora está a dizer que não, portanto, eu só queria dizer, há muito para falar sobre o lixo e temos tempo para falar sobre isso, este regulamento pretende, de alguma forma, ajudar os cidadãos. Foi conseguido através de muito esforço junto do senhor Secretário de Estado do Ambiente que nos permitiu fazer isso, dado que o anterior Governo nunca nos permitiu isto e, no fundo, pretende ajudar os cidadãos. Sobre o lixo, depois acho que até vai haver sessões de

esclarecimento em cada uma das freguesias brevemente e, portanto, eu depois terei a oportunidade de explicar tudo sobre a forma como é feita a recolha, quanto é que se paga, quanto é que não se paga e até sobre este regulamento. Muito obrigado, senhor Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado. Vamos, então, à votação.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a versão final do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública – Revisão para efeitos de publicação da mesma no Diário da República.-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

3.6 Mapa de Pessoal de 2024 – 3ª Alteração: - Considerando a necessidade de assegurar as funções desempenhadas nos diversos serviços, a intenção de saída de trabalhadores e a previsão para a reestruturação da organização dos serviços, a Câmara Municipal apresentou a seguinte proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2024:-----

1. A criação de um posto de trabalho de um técnico superior, com licenciatura em contabilidade, afeto ao Gabinete Financeiro, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;-----
2. A criação de um posto de trabalho de um assistente técnico, afeto ao Gabinete de Contratação Pública, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;-----
3. A criação de três postos de trabalho de técnico superior, com licenciatura em ciências da educação, psicologia e terapia da fala, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, no âmbito da candidatura ao Programa PIPSE.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, apenas um pequeno esclarecimento. Trata-se da necessidade de ajustar o mapa de pessoal em virtude de solicitações dos serviços relacionadas com candidaturas efetuadas.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por maioria, a 3ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2024.--

Vinte e cinco votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

Dois abstenções – António Dias e Sérgio Silva.-----

Presidente da Assembleia Municipal – O seu voto é livre, portanto, o senhor vota como entender, como sabe. Não. Quer que lhe diga qual é o ponto, senhor Sérgio Silva? Mapa de pessoal 3ª alteração.-----

3.7 Orçamento Municipal de 2024 – 5ª Alteração Modificativa: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 5ª Alteração Modificativa do Orçamento Municipal de 2024.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, apenas um pequeno esclarecimento. Esta proposta apresenta um aumento do orçamento municipal para 2024 em cento e quarenta e oito mil e duzentos e cinquenta euros.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Tem a palavra quem deseja de se inscrever. António Monteiro, faça favor.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara. Apenas para colocar aqui uma questão que se prende com algo que nós sabemos que é recorrente em todos os relatórios e contas do município que tem a ver com o acerto de contas com a AdRA e aqui, neste caso, também se fala dos dividendos, não só da AdRA, como da ERSUC. E, como sabem, desde o início, final do mandato anterior, julgo eu, início deste, aliás, com o último relatório e contas do mandato anterior, o revisor oficial de contas passou a fazer a nota de que esta questão não estava resolvida e, por isso, merecia a devida nota na certificação legal de contas. Uma vez que se está a integrar verbas que resultam dos dividendos e que esta é uma matéria que se arrasta, não sendo responsabilidade, até, do município, mas bastando consultar até a documentação que é distribuída a quem representa Sever do Vouga na região de Aveiro, na CIRA, na sua assembleia, esta é uma questão que se arrasta e que tem a ver, também, com o Governo, ficaria esta nota para o senhor Presidente da Câmara se há mais novidades em relação a essa matéria e se há alguma luz já em termos de solução ou se iremos continuar a ter essa nota no futuro, apesar de estarmos a receber dividendos da AdRA e aquilo que é o contrato entre a AdRA e os municípios continuar sem estar resolvido. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não tenho mais intervenções registadas. Senhor Presidente da Câmara, deseja intervir?-----

Presidente da Câmara Municipal – Sim, só para dizer que eu não tenho pressa nenhuma da revisão do EVF porque pode-nos correr muito mal.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Concluiu? Muito obrigado. Vamos votar.-----
A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a 5ª Alteração Modificativa do Orçamento Municipal de 2024.-----

Vinte e quatro votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

Três abstenções – António Dias, Fernando Rodrigues e Sérgio Silva.-----

3.8 ARU Sever do Vouga – 3ª Delimitação: - Foi apresentada uma proposta da Câmara Municipal para a 3ª delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da freguesia de Sever do Vouga, tendo como base o documento elaborado pela Divisão de Administração do Território e que inclui a memória descritiva e justificativa, a planta com a delimitação da área abrangida e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais.----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal. Vemos como muito importante a revitalização urbana para a melhoria de todas as freguesias. O objetivo primordial da revitalização urbana é realizar a intervenção de áreas degradadas e abandonadas em núcleo urbanos, visando resgatar o valor cultural destes espaços, destacando seu património histórico e renovando as áreas deterioradas.----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 3ª delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da freguesia de Sever do Vouga ao abrigo do artigo 13, n.º 1 e artigo 14º, alínea a), do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.-----

Vinte e seis votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Eugénio Martins, Hermínio Martins, Iolanda Matos, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

Uma abstenção – Fernando Rodrigues.-----

3.2 CPCJ – Eleição de Novo Cidadão Eleitor: - O Presidente da Assembleia Municipal

retomou o ponto 3.2 da Ordem do Dia.-----

Sérgio Silva pediu para intervir, tendo-lhe sido concedida a palavra.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu acho que há algumas intervenções, aqui nesta assembleia, totalmente descabidas e devíamos ter algum cuidado porque eu não sei que trocas de mensagens é que houve por aí e, se calhar, a minha intenção de voto pode mudar com esta alteração de mudança de pontos. Isto para dizer, também, senhor Presidente, porque isto pode influenciar muita coisa o que se passa nesta assembleia municipal e para dizer, senhor Presidente, se me permite, que o senhor Presidente da Câmara disse aqui, há três pontos atrás, que era ilegal e que havia pessoas que andavam a pagar médicos em Couto de Esteves. Eu tenho que vir aqui desdizer isso porque os cidadãos em casa têm que saber que isso não existe...-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor tem prerrogativas no regimento para usar.-----

Sérgio Silva – O senhor não me deixou falar.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Pois não, porque o senhor não usou nenhuma delas e a culpa não é minha.-----

Sérgio Silva – Eu só quero dizer que não há ninguém a pagar médicos em Couto de Esteves, mas há outras pessoas que, se calhar, preferem ter médicos a pagar do que não terem um médico, portanto, eu lamento as palavras do senhor Presidente da Câmara.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Conclua. Sobre a eleição?-----

Sérgio Silva – Já concluí.-----

Foi realizado o ato eleitoral, nos termos da alínea l), do n.º 1, do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, por escrutínio secreto, para a designação de um cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga, tendo sido designada Maria Margarida Coutinho Raimundo.-----

Resultado da votação na lista apresentada: A favor – treze votos; Em branco – sete votos; Contra – sete votos.-----

-----4 – Período Destinado ao Público-----

Albino Coutinho Leitão veio expor uma situação, de há anos, que disse não ter sido resolvida pelo anterior executivo, relacionada com o encerramento, por parte de um particular, do caminho denominado Travessa do Casal, em Couto de Esteves. Disse querer ver a situação resolvida, uma vez que pretende fazer melhoramentos na casa dos seus pais, ali localizada, e a abertura desse caminho permitiria a passagem de viaturas para o efeito. Aproveitou, ainda, para reforçar o pedido que fez, pessoalmente, junto da proteção civil do município, há treze semanas, para que fossem cortados os pinheiros secos, e em risco de queda, que se encontram na divisão da freguesia de Rocas do Vouga com Couto de Esteves. Alertou para a perigosidade que aquelas árvores oferecem à população que por ali passa.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Joaquim Zacarias Paulino Gabriel.-----

Joaquim Zacarias Paulino Gabriel agradeceu a todos que, de uma maneira ou outra, combateram os incêndios, em particular a todos os bombeiros. Disse nunca ter visto, em 52 anos, que residia no concelho, tantos meios em Sever do Vouga. Referiu que, na sua opinião, houve alguma falta de estratégia e gestão naquele dia e naquela noite. O levantar do vento, de novo, de nordeste para leste era previsível e o posicionamento estratégico na Rua da Ribeira necessário, mas aquela rua era muito estreita e não permitia, no meio do percurso, a passagem de um veículo ligeiro por outro e, no caso dos bombeiros, muito pior. Referiu que a abertura dessas vias já fez parte, por mais de uma vez, do plano de atividades da Câmara Municipal, em executivos anteriores, e que tinha chegado a hora de uma vez por todas ir-se para o terreno. Disse ter-se preferido andar com sugestões de alteração, “*sem pés nem cabeça*”, e o resultado ali estava - a ligação de Sever à A25 - ainda uma quimera. Afirmou ser necessário olhar para os erros passados para concretizar o futuro e

que tudo o que se tinha feito era fruto de muita ida a Lisboa e a pressão dos vários ministérios, sem esquecer todos os aproveitamentos possíveis das verbas comunitárias, e que a assembleia municipal podia desempenhar um papel muito importante nessa pressão. Voltando ao assunto anterior, referiu ser necessário haver facilidade de acesso, por parte da Câmara Municipal e dos bombeiros, às águas das barragens da Ermida e de Ribeiradio, em vários pontos, e que isso tinha sido dito aquando da sua construção, mas que o assunto “*tinha caído em saco roto*”. A propósito, perguntou porque é que o concelho pagava água tanto ou mais cara do que os outros municípios, se não gastava uma gota de água do complexo de captação e tratamento do Carvoeiro? Questionou, ainda, porque é que os severenses pagavam ao município entre € 40 e € 50 pelo esvaziamento de uma fossa e € 130, ou mais, à AdRA, pelo facto de aquela entidade não ter cisternas capazes de chegar onde devem chegar? Por fim, afirmou que os severenses eram a razão de ser da existência do município, e dos vários poderes políticos que por ali passavam, e que queriam e tinham o direito a trabalho feito ao abrigo da constituição, àquilo que muitos outros portugueses já tinham, até no interior, e apelou para que fossem corajosos, pois ainda existia gente de peso no concelho que deviam saber aproveitar. Sever do Vouga agradecia e seria diferente para melhor.-----

Terminada a intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria usar da palavra para responder ou comentar as questões que tinham sido colocadas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Quero, claro que sim. Eu vou ser muito rápido. Se o senhor Presidente me permitir só responder ao senhor deputado membro da Assembleia Municipal, João Oliveira, em trinta segundos, também lhe queria responder sobre uma coisa. É dar-lhe conhecimento de uma situação. Só relativamente às duas questões, portanto, será respondido por escrito, mas o Tribunal tomou uma decisão sobre o caso, senhor Albino, transitou em julgado, portanto, neste momento nós temos que acatar e respeitar a decisão. Eu não concordo com ela, mas o que é que eu hei de fazer. De qualquer forma, estes litígios devem também ser resolvidos no foro próprio. Portanto, o Tribunal considerou que era privado, que não era público, eu não posso... eu concordo consigo, mas não sei sinceramente o que é que eu posso fazer. Relativamente ao senhor Gabriel, dizer-lhe que temos ido muitas vezes a Lisboa, mas temos feito mais. Temos trazido Lisboa até nós e, na segunda-feira, o senhor verá como é que nós conseguimos isso. A nível de apoios, pois eu já disse muitas vezes, se não houvesse fundos comunitários, nós não fazíamos rigorosamente nada. E, neste momento, temos cerca de já quinze milhões de euros aprovados para candidaturas a fundos comunitários. Relativamente ao IC35 que falou, temos reunião marcada, julgo eu, esta semana, a que estava marcada esta semana, mas ficou para a próxima semana precisamente para fazermos o ponto de situação e o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, que esteve também na zona industrial de Talhadas, falou comigo sobre o IC35 e aguardamos, de facto, boas notícias. O projeto está praticamente terminado e será, esperamos nós, apresentado em breve. Já agora, queria fazer um esclarecimento sobre a AdRA, que também falou, porque há pouco, no âmbito da modificação orçamental, falou-se em dividendos da AdRA. Os dividendos da AdRA somam a quantia astronómica de € 419,85. É este valor que a gente recebe. Só mesmo para terminar, senhor João Oliveira, relativamente aos javalis... Como sabe, e volto a repetir, nós só conseguimos fazer a maior parte das coisas com candidaturas. Eu falei com muita gente ao longo da semana passada. Uma das coisas que eu disse é que não fazia sentido nenhum, no século XXI, haver estradas que nem permitem, eu agora sou expert em termos de bombeiros, que um VLCI, que é uma viatura ligeira de combate a incêndios, passe nesse local. E, portanto, propus ao senhor Secretário de Estado da Proteção Civil e propus ao senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais e propus ao senhor Ministro da Coesão e propus ao senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e propus ao senhor Primeiro-Ministro, nós na semana passada o desespero era tal que nós ligávamos para toda a gente. Toda a gente me atendeu. Que houvesse o cuidado agora, no meio destes

financiamentos que vão haver para reabilitar, de podermos, junto de determinadas povoações, determinados lugares, garantirmos que os acessos servem, pelo menos, para que uma ambulância lá passe e para que passe lá um VLCI. Eu já nem digo um VRCI, ou um VTTR, mas um VLCI. E, portanto, essa estrada está vista, como está a Rua da Lomba, como está a Rua da Devesa, a Rua da Devesinha, estão uma série delas onde nem sequer passa uma ambulância. Só para terminar, relativamente ao javali, o engenheiro Rui Ladeira, que é o atual Secretário de Estado das Florestas, é o antigo Presidente da Câmara de Vouzela, nós falamos muitas vezes e eu falei-lhe, muitas vezes, do javali e ele, às vezes, até ficava chateado comigo porque me dizia “lá vens tu com a história do javali” e eu comecei-lhe a mandar os vídeos que andavam no Facebook. O que é que é certo, ele marcou uma reunião, que era para ter sido esta quinta-feira, aqui na Câmara Municipal, com todos os presidentes de Junta, isto na sequência de nós enviarmos uma série de medidas, de propormos uma série de medidas. A reunião, contudo, foi adiada, por causa da situação dos incêndios, até nova data. Julgo que todos os presidentes de Junta sabiam disso. Eu acho que é ainda mais pertinente, agora, porque muito do que ardeu estava abandonado. Esse incêndio teve essa particularidade, ardeu tudo, não foi só o que estava abandonado também ardeu o que estava cuidado, mas nós temos que impedir que as pessoas deixem de semear e cultivar as suas terras por causa do javali. Dito isto, para terminar mesmo, os javalis que andam aí na rua estão na Quinta da Remolha. Eu não sou proprietário. Quem quiser lá ir, pode ir à vontade. Já conclui, senhor Presidente.----- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Carla Alexandra Pereira da Silva, funcionária designada para o efeito, que a redigi.-----